



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alegre de Melo Duarte

Secretários. Ex.^{mos} Srs José Ernesto Figueira dos Reis
Manuel Alves Oliveira
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos

Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n^o 32 e 34/VIII, dos projectos de lei n^o 243 a 249/VIII e dos projectos de resolução n^o 65 e 66/VIII

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n^o 96/VIII — Alteração ao regime jurídico das petições dirigidas à Assembleia da República (PCP), 226/VIII — Aprova a quinta revisão do Estatuto dos Deputados (PS), 227/VIII — Aprova medidas de modernização dos serviços da Assembleia da República e cria novos meios de comunicação entre os Deputados e os cidadãos — segunda revisão da Lei Orgânica da Assembleia da República (PS), 229/VIII — Regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado (PS), 241/VIII — Alteração ao regi-

me jurídico dos inqueritos parlamentares (PSD) e 242/VIII — Alteração do regime do exercício do direito de petição (PSD), dos projectos de resolução n^o 31/VIII — Alterações ao Regimento da Assembleia da República (PCP), 65/VIII — Aprova a revisão do Regimento da Assembleia da República (PS) e 66/VIII — Alteração do Regimento da Assembleia da República (PSD) e do projeto de deliberação n^o 94/VIII — Alteração a Deliberação n^o 4-PL/98, de 16 de Maio (PS)

Intervieram no debate, a diverso título, os Srs Deputados António Filipe (PCP), Narana Coissôrò (CDS-PP), António Capucho (PSD), José Magalhães (PS), Guilherme Silva e Miguel Mamede (PSD), Francisco Louçã (BE), Isabel Castro (Os Verdes) e Jorge Lacão (PS)

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 25 minutos

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 15 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Salero
 António Rui Esteves Solheiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Emanuel Silva Martins
 Fernando Manuel de Jesus
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Barbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias

Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luis Pedro de Carvalho Martins
 Luisa Pinheiro Portugal
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António de Carvalho Martins
 António D'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manoel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá

João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Fazenda Arnaud Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luis Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azevedo Duarte
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP).

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Srs Deputados.
 o Sr Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente,
 Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n^º 32/VIII — Altera a Lei n^º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, bem como a Lei n^º 27/96, de 1 de Agosto, que regula o regime jurídico da tutela administrativa, e a Lei n^º 29/87, de 30 de Junho, que define o Estatuto dos Eleitos Locais, que baixa às 1^a e 4^a Comissões, e 34/VIII — Cria a lei orgânica que regula a eleição dos membros assim como a constituição dos órgãos das autarquias locais, que baixa às 1^a e 4^a Comissões, projectos de lei n^º 243/VIII — Lei de bases da política de família (PSD), que baixa à 13^a Comissão, 244/VIII — Estatuto do voluntariado jovem (PS), que baixa à 12^a Comissão, 245/VIII — Elevação de Abragão à categoria de vila (Deputado do PSD Manuel Moreira), 246/VIII — Elevação da povoação de Porches, no município de Lagoa, à categoria de vila (PSD), 247/VIII — Elevação da povoação do Carvoeiro, no município de Lagoa, à categoria de vila (PSD), e 248/VIII — Elevação da povoação do Parchal, no município de Lagoa, à categoria de vila (PSD), que baixam à 4^a Comissão, e 249/VIII — Altera o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (segunda alteração ao Decreto-Lei n^º 244/98, de 8 de Agosto) (PCP), que baixa à 13^a Comissão, projectos de resolução n^ºs 65/VIII — Aprova a revisão do Regimento da Assembleia da República (PS), e 66/VIII — Alteração do Regimento da Assembleia da República (PSD), que baixam à 1.^a Comissão

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Srs Deputados.
 da ordem do dia de hoje consta a apreciação conjunta, na generalidade, dos diplomas referentes áquilo a que convencionou chamar-se a reforma do Parlamento, que são os seguintes projectos de lei n^ºs 96/VIII — Alteração ao regime jurídico das petições dirigidas à Assembleia da República (PCP), 226/VIII — Aprova a quinta revisão do Estatuto dos Deputados (PS), 227/VIII — Aprova medidas de modernização dos serviços da Assembleia da República e cria novos meios de comunicação entre os Deputados e os cidadãos — segunda revisão da Lei Orgânica da Assembleia da República (PS), 229/VIII — Regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado (PS), 241/VIII — Alteração ao regime jurídico dos inquéritos parlamentares (PSD) e 242/VIII — Alteração do regime do exercício do direito de petição (PSD), dos projectos de resolução n^ºs 31/VIII — Alterações ao Regimento da Assembleia da República (PCP), 65/VIII — Aprova a revisão do Regimento da Assembleia da República (PS) e 66/VIII — Alteração do Regimento da Assembleia da República (PSD) e do projecto de deliberação n^º 9/VIII — Alteração à Deliberação n^º4-PL/98, de 16 de Maio (PS)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as propostas do PCP que estão hoje em debate orientam-se em duas direcções fundamentais valorizar os trabalhos da Assembleia da República e melhorar as condições para a participação dos cidadãos na vida política. Os trabalhos da Assembleia da República dignificam-se com a valorização do debate político e com o reforço da capacidade de fiscalização parlamentar da actividade governativa, com a substituição de monólogos previsíveis e ritualizados por debates onde seja possível, efectivamente, confrontar ideias e soluções.

Importa, por outro lado, criar mecanismos de participação dos cidadãos na vida política que tenham efectividade prática, criando novos direitos de participação, como o direito de iniciativa legislativa popular e conferindo ao exercício do direito de petição uma dignidade que até à data lhe tem sido negada.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador: — As propostas de alteração ao Regimento e de reformulação da lei sobre direito de petição que o PCP propõe foram aprovadas nas Jornadas Parlamentares que o Grupo Parlamentar do PCP realizou em Guimarães em 25 e 26 de Janeiro, das quais saiu igualmente o projecto de lei sobre iniciativa legislativa popular que aguarda discussão na especialidade. As preocupações com a dignificação do Parlamento e com o reforço dos direitos de participação dos cidadãos têm ocupado um lugar permanente nas propostas e na prática do PCP na Assembleia da República. As nossas propostas são conhecidas há muito tempo. Não fomos acometidos, em final de sessão legislativa, por qualquer febre súbita por reformas «a toque de caixa».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de alterações ao Regimento da Assembleia da República, o PCP propõe, em primeiro lugar, a criação regimental das sessões de perguntas ao Primeiro-Ministro, substituindo a actual declaração do Primeiro-Ministro, sujeita a perguntas posteriores, por uma sessão mensal em que seja o Primeiro-Ministro a responder às perguntas que lhe sejam dirigidas pelos Deputados.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, o PCP propõe a reformulação das sessões de perguntas ao Governo, pondo fim a uma das figuras regimentais mais justamente desacreditadas. Esta situação, em que o Governo se permite escolher as perguntas a que responde de entre uma lista apresentada com uma semana de antecedência, remete o Parlamento para uma posição caricata e desvaloriza quase até ao ridículo um meio de fiscalização da actividade governativa que deveria e poderia ter particular relevância e dignidade.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador: — A solução que o PCP propõe é que cada sessão de perguntas seja dirigida a uma equipa ministerial determinada e que esta esteja em condições de responder

a todas as questões que os Deputados coloquem sobre matérias que sejam da sua área de responsabilidade governativa.

Um outro problema diz respeito às sessões das sextas-feiras. Nós não nos incluímos entre os que pensam que a única forma de dignificar as sessões de sexta-feira é acabar com elas. Não há nenhuma praga que tenha caído sobre a sexta-feira que impeça os Deputados de comparecer às sessões. O que é preciso é que as sessões de sexta-feira não sejam desvalorizadas na fixação da ordem do dia.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador: — Na próxima sexta-feira teremos o debate do estado da Nação. Será que o Plenário apresentará o aspecto desolador normalmente associado às sextas-feiras? Seguramente que não, Srs. Deputados. A solução para a sessão de sexta-feira não é exterminá-la. É, pelo contrário, valorizá-la. Por exemplo, fazendo como se fez para a próxima sexta-feira, na qual constará da ordem do dia o debate com o Primeiro-Ministro.

Ainda em matéria regimental, o PCP avança outras propostas sobre a obrigatoriedade de fundamentação das propostas de autorização legislativa, sobre o envio à Assembleia da República de informação relevante e necessária sobre as propostas de aprovação de tratados internacionais, sobre o direito de iniciativa da Assembleia para a realização de debates sobre assuntos de relevante interesse nacional e sobre a audição de altos responsáveis da Administração Pública em comissões parlamentares. Têm estas propostas como único e exclusivo objectivo a dignificação do Parlamento e a criação de melhores condições para o exercício pleno das suas competências constitucionais.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão que tem para o PCP a maior importância diz respeito à participação dos cidadãos na vida política e, a esse respeito, a alteração do regime de apreciação de petições pela Assembleia da República tem uma urgência absoluta. Situações em que aspetivas apresentadas pelos cidadãos hibernam nas gavetas das comissões parlamentares e só passados vários anos após a sua apresentação são debatidas ou arquivadas sem qualquer efeito útil ou sem que tenham sido sequer dadas quaisquer explicações aos petionantes têm de acabar de uma vez por todas.

Dai as propostas do PCP de que seja fixado um prazo máximo de 60 dias para a elaboração de relatórios por parte das comissões competentes e que após a aprovação desses relatórios seja fixado um prazo máximo de 30 dias para agendamento em Plenário. E, para além disso, que a apreciação em Plenário possa ser mais do que uma soma de discursos piedosos sem consequências. Assim, se algum Deputado ou grupo parlamentar apresentar alguma iniciativa relacionada com o objectivo de uma petição em debate, esta será apreciada e votada na mesma sessão.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador: — Entendemos que a dignificação do Parlamento aos olhos dos cidadãos não se consegue apenas por via dos belos discursos ou das maravilhas da electrónica. Consegue-se, acima de tudo, com atitudes concretas de respeito para com os cidadãos e de resposta às suas aspirações.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — A tão falada aproximação entre os eleitos e os eleitores não se consegue através de manipulações dos círculos eleitorais ou da alteração do número de Deputados, que servem objectivos bem menos meritórios. A aproximação entre os eleitos e os eleitores depende, acima de tudo, de uma prática dos eleitos com que os eleitores se identifiquem, de um exercício de funções que honre compromissos assumidos e que enobreça o desempenho de funções políticas em representação dos cidadãos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados, os dias que antecederam este debate foram marcados por um enorme espavento mediático lançado pelo Partido Socialista, com o objectivo de se apresentar como o campeão da «reforma do Parlamento» e procurando dar a entender que, à sua iniciativa, se deve a realização do presente debate. Ora, para que não subsistam confusões a este respeito, é preciso dizer que, pelo PCP, este debate poderia ter sido realizado já há muito tempo e só não o foi porque, até há poucos dias, mais nenhum partido havia apresentado propostas sobre as matérias que estão hoje em debate.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — É preciso dizer que a aparatoso iniciativa mediática e editorial do PS em torno do *Parlamento 2000* se sucedeu a vários meses de funcionamento de um grupo de trabalho sobre a reforma do Parlamento, constituído por iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia da República e presidido pelo Sr Vice-Presidente Mota Amaral, que o Partido Socialista pura e simplesmente boicotou.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Sr. José Magalhães (PS) — É falso!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — É verdade!

O Orador — E é preciso dizer ainda que, em matéria da alterações ao Regimento, o volumoso *Parlamento 2000* não contém absolutamente nada e que só há poucos dias é que o PS apresentou propostas de alteração ao Regimento apropriando-se, por cópia, de soluções sugeridas pelo Sr Presidente da Assembleia da República num documento de trabalho elaborado na passada Legislatura e acrescentando de novo algumas propostas no sentido de governamentalizar ainda mais a actividade da Assembleia da República.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Bem dito!

O Orador — É assim que quem consultar o projecto de alteração ao Regimento apresentado pelo PS confronta-se com um projecto que tem uma dupla originalidade é um projecto cujos artigos são acompanhados de comentários, sendo que alguns deles se limitam aos comentários, não tendo o PS nada a propor quanto aos artigos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — É verdade!

O Orador — Estamos perante um projecto de alterações ao Regimento que não passa, afinal, de uma burla.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — O PS copia um documento de trabalho do Sr Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — E mal!

O Orador — apropria-se de uma reflexão que envolveu Deputados de todos os partidos e alinhava uns comentários acerca de propostas feitas por outros partidos num passado mais ou menos remoto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — É assim que o projecto do PS se refere a propostas do CDS/PP, quando o CDS/PP não apresentou proposta nenhuma nesta Legislatura.

O Sr. José Magalhães (PS) — Isso é falso!

O Orador — ou a propostas do PCP ou do PSD feitas noutra contexto e que não estão hoje sequer em discussão.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — Mas, em substância, o que propõe afinal o PS que seja verdadeiramente da sua lavra e que valorize de facto a posição da Assembleia da República na vida política nacional? Na verdade, quase nada. O PS acha, pelos vistos, que as sessões de perguntas ao Governo ou os debates com o Primeiro-Ministro, tal como estão, estão muito bem, e o que vem propor é que a Assembleia da República organize «livros verdes» ou «relatórios de investigação» em colaboração com o Governo, ou que sejam organizados debates sobre orientações de políticas estruturais sob a batuta do Governo. Quanto a uma reforma do Parlamento que o dignifique perante os cidadãos e que reforce o seu papel na vida política, o PS propõe «muita parra, mas pouca uva»! Muitos meios electrónicos, muitos grupos de trabalho, muitos *slogans*, muita pompa e circunstância, demagogia quanto baste, mas, quanto à substância, muito pouco.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — As propostas do PS têm como objectivo central «lançar areia para os olhos» dos cidadãos e da comunicação social, simulando o objectivo de promover uma ampla reforma do Parlamento, quando o seu real propósito é mudar algumas coisas pela rama, para que, no essencial, tudo fique mais ou menos como está, ou ainda pior.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Pela nossa parte, PCP, estamos, como sempre, empenhados em trabalhar com seriedade para encontrar soluções que dignifiquem o trabalho parlamentar e estamos dispostos a convergir com todos os que estejam realmente interessados em prosseguir este objectivo.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Narana Coissôr e António Capucho

Tem a palavra, Sr Deputado Narana Coissoró.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, antes de mais nada, queria perguntar a V Ex^a se o PCP quer partidizar este debate, que é urgente e nós julgamos dizer respeito a todos os partidos, se quer continuar com considerações laterais, dizendo como nasceram, como floresceram e como vão morrer os projectos apresentados aqui, ou se quer ater-se ao respectivo conteúdo para que esta sessão seja útil, proficia e para benefício da Câmara.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, não vejo grande necessidade de V Ex^a fazer aqui uma crítica àquilo que foi feito com a publicação do livro do Dr José Magalhães e seus associados.

Risos

porque, efectivamente, a opinião pública e a comunicação social parlamentar são suficientemente inteligentes para compreenderem aquilo que se passou, tanto no grupo de reflexão presidido pelo Dr Mota Amaral, como a maneira como foi feita a declaração política no dia seguinte ao fecho dos trabalhos deste grupo. Além disso, o «pocket book» Parlamento 2000 é suficientemente revelador da intenção do PS. Não vamos fazer nenhum comentário sobre isso! Todas as contribuições são úteis, todos os livros sobre o Parlamento são úteis, todos os artigos prenunciam boas intervenções neste debate, todas as críticas feitas adiantam trabalho dos parlamentares para que os 30 minutos de cada um não sejam repetição daquilo que já foi dito. Por isso mesmo, não vou alinhar com V Ex^a nestas críticas partidárias.

Aquilo que queria perguntar é apenas o seguinte, dado que V. Ex^a apresentou apenas três casos relativamente às perguntas ao Primeiro-Ministro, concorda V Ex^a que essa sessão seja feita com perguntas à quem-roupa? Pode dar-me exemplo de algum Parlamento em que estas sessões não se tornem numa espécie — como se lê no livro do Sr. Deputado José Magalhães — de entrevistas, ou melhor, num somatório de entrevistas ao Primeiro-Ministro com Deputados entrevistadores?

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Narana Coissoró, relativamente à primeira questão, comprehendo a sua preocupação, não comprehendo é a sua dúvida. Compreendo a sua preocupação com a necessidade de não partidizarmos este debate, não cristalizando e assumindo posições diametralmente opostas e sem pontos para o entendimento entre os vários partidos. Não é, de facto, essa a nossa postura. Eu próprio disse, no final da minha intervenção, que estamos inteiramente disponíveis para debater seriamente com todos os partidos as melhores soluções, designadamente em matéria de alteração regimental e outras, no sentido de dignificar o funcionamento e os trabalhos desta Assembleia. É essa, de facto, a nossa disposição, a de debater as propostas pelo seu conteúdo.

Quando apresentei críticas, às quais o Sr. Deputado se referiu, relativamente à forma como o Partido Socialista,

digamos, antecedeu este debate ou preparou este «teatro» em termos mediáticos, o que estava a referir era o facto de o Partido Socialista ter desencadeado uma operação mediática, que, no fundamental, «lança areia para os olhos» das pessoas acerca da real natureza das propostas que apresentou. Ou seja, toma grandes iniciativas, iniciativas com grande aparato mediático, mas que, depois, correspondem a muito pouco no plano prático, no plano concreto, e que, de facto, não são o que aparentam ser.

Em relação às propostas concretas — não às que são invocadas — feitas pelo Partido Socialista, vamos evidentemente discuti-las, concordar com umas e discordar de outras, tal como faremos relativamente às propostas apresentadas por qualquer outro partido.

Uma outra questão colocada pelo Sr Deputado diz respeito às perguntas ao Primeiro-Ministro. O nosso entendimento é que se deve alterar a lógica que tem predominado nos actuais debates com o Primeiro-Ministro, nos quais o Sr Primeiro-Ministro faz aqui uma longa comunicação e, depois, submete-se às perguntas que os Deputados lhe querem fazer. Ora, isto, do nosso ponto de vista, inverte a lógica das coisas. Como é o Governo que responde perante a Assembleia da República, o que deve acontecer é que o Sr Primeiro-Ministro, estando aqui presente, responda às perguntas que lhe sejam feitas. Diz o Sr Deputado que são perguntas «à quem-roupa?». Bom, mas o Sr. Primeiro-Ministro, quando vem discursar perante a Assembleia, também não sabe que perguntas é que os Deputados lhe vão fazer, pelo que, desse ponto de vista, está nas mesmas circunstâncias. Simplesmente, o que entendemos é que é o Sr Primeiro-Ministro que responde perante a Assembleia, é para isso que ele deve cá vir, pelo que os trabalhos devem iniciar-se precisamente pela colocação pelos Deputados das perguntas que querem ver respondidas pelo Primeiro-Ministro.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, quero expressar, desde logo, uma palavra de desacordo, depois, uma de esclarecimento e, finalmente, uma de apoio, na generalidade, às propostas do PCP.

Uma palavra de desacordo em relação a algo que não está hoje em debate e que, portanto, não é muito relevante, mas que quero deixar registado. É que, para nós, a alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República é um ponto fundamental desta reforma — e é fundamental no sentido da aproximação entre eleitos e eleitores. Mas como esta matéria não está hoje em debate, deixemos estas observações lá mais para o Outono, para o cair da folha.

Uma segunda palavra, de esclarecimento, tem a ver com as sessões de sexta-feira. A nossa proposta vai no sentido não de suprimir um dia de trabalhos parlamentares, mas de permitir esse dia com outro da semana, nomeadamente a terça-feira. É evidente que estamos abertos a ponderar o enriquecimento da matéria habitualmente debatida à sexta-feira, de modo a garantir uma participação que salve, digamos, o «mau aspecto» que esta Câmara tem proporcionado nesse dia da semana.

Finalmente, uma palavra de apoio, para lhe dizer que, no essencial, entendemos que as vossas propostas são viáveis e merecem o nosso apoio, na generalidade, muito especialmente nas modalidades, que apontam e sugerem, de debate entre a Assembleia, por um lado, e o Sr Primeiro-Ministro, por outro, como também nas sessões de perguntas ao Governo, entre a Assembleia e sectores específicos do Governo Portanto, a minha expectativa é a de que, com o vosso concurso, em sede de especialidade, e antes do início da próxima sessão legislativa, esta Câmara adopte medidas que salvaguardem aquilo que todos desejamos

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre). — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr. António Filipe (PCP). — Sr Presidente, Sr. Deputado António Capucho, agradeço-lhe as questões que suscitou, passando a abordar cada uma delas

Relativamente à primeira, de facto, não estamos a discutir as leis eleitorais, provavelmente, se estivéssemos, os consensos não seriam tão fáceis como, apesar de tudo, será possível noutras matérias Portanto, deixemos esse debate para quando ele tiver lugar

Quanto às sessões de sexta-feira, esta é uma das questões que poderemos discutir em sede de comissão Parece-nos que o problema, de facto, não está nas sextas-feiras mas, sim, na desvalorização a que as sextas-feiras têm sido conduzidas pelo facto de, designadamente, se agendar sessões de perguntas ao Governo com as características que elas têm actualmente, sendo desmotivadoras para muitos Deputados, particularmente para aqueles que nelas não estejam directamente envolvidos, e também para a comunicação social, para a opinião pública, na medida em que essas sessões de perguntas valem muito pouco em termos de debate político e de esclarecimento relativamente a questões que mereceriam ser esclarecidas

Porém — e a sugestão que fazemos é esta —, se se fizerem sessões às sextas-feiras, com uma ordem de trabalhos que, de facto, as valorizem, evidentemente que essas sessões terão o devido valor e, portanto, serão sessões tão valorizadas como quaisquer outras Parece-nos, portanto, que a solução de, às sextas-feiras, deixar de haver trabalhos de Plenário e de substitui-los por trabalhos de comissões poderá não ser a melhor

No entanto, esta é uma das questões para a qual contribuiremos com as nossas ideias em sede de discussão na especialidade Discussão na especialidade essa na qual também esperamos contar com o empenhamento e com as propostas do PSD que possam vir a contribuir para encontrar boas soluções para dignificar os trabalhos dos parlamentares

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre). — Srs Deputados, antes de dar a palavra ao próximo orador, tenho o prazer de anunciar que se encontram a assistir à sessão um grupo de alunos da Escola E B 1,2,3 de Fragoso Para eles, peço a vossa tradicional saudação

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS). — Sr Presidente, Srs Deputados É com grande orgulho que tenho a honra de defender o conjunto de propostas que a bancada socialista teve ocasião de apresentar para dar contribuição útil ao debate que hoje se desenrola.

O Partido Socialista insistiu em que este debate se fizesse hoje e, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, assegurámos que ele tivesse lugar e não fosse adiado E julgo que, se cumprimos o nosso dever, o cumprimento desse dever não deve ser desvalorizado e a nossa insistência tem toda a razão Depois de o Sr Presidente da Assembleia da República ter desencadeado o processo de reflexão sobre a reforma parlamentar, terminaríamos mal o período normal da sessão legislativa se não honrássessem o designio justo que o levou a criar o grupo de reflexão que, durante meses, trabalhou nesta matéria.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Isso é a suprema nata!

O Orador — Dígamos, desde já, Sr Presidente e Srs. Deputados, que nunca o estatuto desse grupo de reflexão foi outro se não o de reflexão e, desde o início, partidos, como o Partido Comunista e outros.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Sem o PS!

O Orador. — ... demarcaram o seu direito de propor o que quisessem, quando quisessem e onde quisessem e nenhum de nós se lembrou de contestar o exercício desse direito E assim aconteceu em jornadas parlamentares, em Fevereiro de 2000, sem que nenhum escândalo ocorresse e sem que a maioria parlamentar tomasse outra atitude que não a de estudar e analisar essas propostas

Nesta matéria, Sr. Presidente e Srs Deputados, ainda por cima, todos conhecemos tudo! Não há direitos de autor em relação a ideias do domínio público. A vinda do Primeiro-Ministro à Assembleia da República é uma boa ideia, que o PS perfilhou desde o primeiro momento, não é uma ideia de ninguém e é, no mínimo, estulto tentar partidarizar e «coutizar» ideias desse tipo

O Sr Guilherme Silva (PSD). — É cada vez mais só uma ideia!

O Orador — Essa operação não tem a mínima chance de passar, mas pode ser tentada, de maneira mais ou menos estrídua, por quem quer que seja

Em segundo lugar, Srs Deputados, insistimos numa metodologia, e essa metodologia é que discutamos, hoje, as iniciativas legislativas, de preferência em termos que as valorizem e não que as desvalorizem, e que remetamos para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, durante o mês de Julho, a votação, na especialidade, e concluamos, em Setembro, todo o processo legislativo, para começarmos, em Outubro ou mesmo na segunda parte de Setembro, com um figurino novo

Julgamos que esta é uma proposta séria, que só pode ser aceite por todos os grupos parlamentares, porque é não apenas de interesse comum mas de gritante interesse público E não compreendemos a acrimónia em torno desta metodologia, que, ainda por cima, é consensual.

Depois, Srs Deputados, também não compreendemos que não se aceite como normal o facto de haver posições comuns e posições discrepantes Isso é o que há de mais

normal na vida democrática, e dizer o contrário, aliás, inculca que o Parlamento tinha de ser uma câmara síncrona, unânime — não sei se dirigida em torno da batuta do primeiro que aparecer com uma proposta —, para não dar uma má imagem aos cidadãos. Cada vez que nós próprios, Deputados, «demonizemos» a pluralidade, a divergência, a inexistência de voz comum sobre um assunto, estamos a dar uma péssima lição de incompreensão do que é o Parlamento e a encorajar aqueles que querem ou um Parlamento totalmente síncrono, sem vozes dissonantes, ou um Parlamento anárquico, no qual não haja possibilidade de maiorias com características de governabilidade. Não é essa a nossa posição, nem será!

O Sr Francisco de Assis (PS) — Muito bem!

O Orador — Portanto, Srs Deputados, não nos sentimos, nesta matéria, em posição distinta da de qualquer grupo parlamentar, sentimo-nos na posição responsável de um grupo parlamentar que, sozinho, tem 115 Deputados, com a responsabilidade de assumir um designio que este projecto de reforma parlamentar procura corporizar, como é nosso direito.

Em terceiro lugar, Srs Deputados, só faltava que nos penalizassem por assumirmos e trazermos a Plenário propostas de um de nós, o Sr Presidente da Assembleia da República, que as submeteu ao juízo de todos e que só conseguiu vê-las perfilhadas, no caso da Assembleia da República, pelos Deputados do seu partido.

Teríamos gostado que essas propostas fossem assumidas pelo grupo de reflexão. Mas como os Srs Deputados sabem, os que nele participaram, isso não aconteceu, por deliberação unânime do grupo de reflexão. O grupo de reflexão não quis fazer pré-propostas e, menos ainda, propostas. Portanto, não nos venham agora dizer — por favor! —, que é da nossa responsabilidade o grupo de reflexão não ter apresentado propostas, é uma vontade comum, e que agora estariamos impedidos de trazer a Plenário propostas do Sr Presidente da Assembleia da República, que, aliás, são propostas de grande bom senso e de grande consenso e que só podem ser introduzidas se houver a assinatura de Deputados, a honrar, com esse «autógrafo», a iniciativa legislativa. Foi o que fizemos, fizemos o que devíamos fazer e teremos grande orgulho em trazer a Plenário as propostas sensatas do Presidente da Assembleia da República para melhorar o funcionamento desta Casa, que é sua e nossa.

Aplausos do PS

Por último, Sr. Presidente e Srs Deputados, vi com inefável prazer assinalar como um gesto um pouco herético, não sei se incomodativo, o facto de o Grupo Parlamentar do PS ter recorrido ao mais velho meio de comunicação do mundo, que é a edição de um livro, para divulgar as suas propostas. Este livro, Sr. Deputado António Filipe, não são os *Versículos Satânicos*¹. Trata-se de um conjunto de propostas honestas para o funcionamento parlamentar. V Ex^a também pode editar um livro, não há qualquer dificuldade nisso!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Não há qualquer dificuldade nisso. Mas com mais qualidade!

O Orador — Esse até será um livro melhor, mais bonito, menos «satânico»¹. De outra cor até!

Da nossa parte, tivemos grande prazer em reunir Deputados do grupo parlamentar, que deram a sua contribuição para lançar um olhar sobre cinco dimensões da reforma que temos de levar a cabo. A saber, a reforma do mandato dos Deputados, sobre a qual temos propostas que são radicais e que, julgo, merecem apoio de todas as bancadas. Regularizar e clarificar todo o processo de relacionamento com os tribunais. Srs Deputados, em matéria de imunidades, é fundamental! Devemos nós partidarizar essa proposta, dizendo «isto é proposta do PS, temos copyright, temos direitos de autor, e quem for atrás disto plágial»?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Já o fizemos!

O Orador — Seria ridículo! São ideias de bom sentido, que esperamos também venham a ser ideias de consenso.

Depois, temos também propostas corajosas em relação ao exercício do próprio mandato, acabando com situações que seguramente não prestigiam a Assembleia da República e que serão muito melhor resolvidas se houver uma proximidade entre aquilo que sufragamos quando votamos nas urnas e aquilo que se senta à nossa frente quando tomamos assento no hemicírculo da Assembleia da República.

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Muito bem!

O Orador — Essas propostas, meus caros colegas, são propostas que vão ao encontro de necessidades absolutamente urgentes e que, julgo, merecem um tratamento sério e um consenso alargado.

Em terceiro lugar, Srs Deputados, não cairemos na cilada da chamada «agenda errada». Sei que as pessoas mais seduzidas pelos tablóides ficam sempre fascinadas com a questão das agendas mediáticas e normalmente dizem que, quando se discute um assunto, que era dramático até há 10 minutos, já não se está a discutir o próximo assunto dramático e «desimportantizam» a discussão das questões que estejam em cima da mesa nesse momento. Esta Câmara passou meses para discutir a questão das imunidades e passou meses para discutir a questão das viagens dos Deputados! Agora, que o partido maioritário diz que acabam os desdobramentos e que acabam os conflitos em matéria de levantamento de mandatos, a próxima grande coisa é a lei eleitoral¹. E como não estamos a discutir a lei eleitoral, dir-se-ia que não estamos a discutir nada de importante Srs Deputados, não é assim! E essa infantil cilada será boa para muitos, mas proponho que não seja para nós.

O tema hoje em debate é um conjunto de propostas articuladas, das quais pode resultar uma melhoria significativa do funcionamento da Câmara, em muitos aspectos o funcionamento do Plenário, o funcionamento das comissões, o Estatuto dos Deputados, os principais instrumentos de acção pelos quais nos regemos todos, a comunicação com os cidadãos, o tratamento das iniciativas dos cidadãos, quer as petições, quer a iniciativa popular, quer a iniciativa referendária.

São instrumentos que consagrámos no acordo de revisão constitucional — com o voto do Partido Socialista, em muitos casos por iniciativa do Partido Socialista —, honrado e consumado.

Essas propostas representam um alargamento significativo da capacidade de intervenção do Parlamento. Só se as aprovarmos em conjunto, só se conseguirmos conjugar

essas reformas, é que conseguiremos o efeito de modernização que é almejado pela bancada socialista.

Nesta matéria, a visão estratégica é fundamental. E julgo que estas propostas plasmam essa visão estratégica. Uma Assembleia capaz de estudar mais! E, por isso, não desvalorizamos os «livros verdes». É ridículo desvalorizá-los.

Os «livros verdes» não são «ciberpaleio», não são retórica! Os «livros verdes», como provou, aliás, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação* são estudos acompanhados de propostas de medidas, para serem executadas pelos órgãos próprios, para serem participados pelos cidadãos e pelas organizações sociais, dos quais resulta uma visão estratégica, um designio e uma execução: são instrumentos de fiscalização e de responsabilização, «accountability» no sentido das democracias modernas, fundamentais neste Parlamento para que este prepare decisões e envolva os cidadãos na participação destas decisões de carácter político, são instrumentos de racionalização, de «credibilização» e de fundamentação acrescida das opções políticas. E nesse sentido, Srs. Deputados, são instrumentos essenciais ao prestígio da Assembleia da República, ao prestígio dos decisores e à fundamentação das decisões!

Em segundo lugar, queremos também, nesse nível, relatórios de informação feitos pelas comissões.

Dirão: relatórios de informação? Para quê? As comissões servem para decidir, não servem para informar, para isso está aí a imprensa. Como prova a experiência de outros parlamentos modernos, a existência de relatórios de informação, feitos por Deputados, com todos os cuidados, com capacidade de investigação e apoio dos departamentos governamentais competentes, quando isso é aplicável, são factores de prestígio do Parlamento.

Quando a Assembleia da República, através da 1ª Comissão, encarregou a Deputada Odete Santos de fazer o relatório sobre os julgados de paz, que no fundo é um relatório de informação, foi isso que fizemos, Srs. Deputados! E julgo que fizemos muitíssimo bem, como nesse caso se documentou e em muitos casos pode vir a concretizar-se. É de mais instrumentos desses que precisamos.

O Sr. António Filipe (PCP) — Se já o fazemos, então não vale a pena alterar o Regimento!

O Orador — E, Srs. Deputados, quem pode duvidar da genuína vontade de debate político do Partido Socialista? Qual é o interesse de fazer uma espécie de jogo em que se quer «vestir o S. Benito de mafarrico» ao Partido Socialista quando, nessa matéria de debate político, nós já demos provas de total lisura e empenhamento na agilização das sessões de perguntas ao Governo? Foi o Partido Socialista que propôs que acabasse a escolha de perguntas pelo Governo. Isso deve ser desvalorizado? Isso deve ser diminuído? É ridículo, Srs. Deputados! Eu esperava que aplaudissem! Que aplaudissem ferventemente, porque esta foi a primeira maioria quase absoluta capaz de se despojar dessa prerrogativa tradicional das maiorias absolutas e não absolutas!

Por outro lado, Srs. Deputados, há toda a vantagem em não se «descreditibilizar» o nosso esforço honesto para construirmos institutos que agilizem o debate político noutras dimensões.

Nós queremos o Primeiro-Ministro na Assembleia da República, e devo dizer, Srs. Deputados, que não temos qualquer medo que o Primeiro-Ministro venha à Assembleia da República. É, aliás, excelente que ele venha, e os

Srs. Deputados verão quão excelente será nos próximos meses Fazêmo-lo com todo o à-vontade e, seguramente, o Primeiro-Ministro com mais à-vontade, porque, ainda por cima, é um excelente parlamentar.

Portanto, Srs. Deputados, não façamos este debate com «arcas encoradas» e «fantasmas terríveis». Queremos mais e melhor debate político, mas queremos também mais qualidade das leis. Mais qualidade das leis, Srs. Deputados, significa instituirmos mecanismos de controlo de qualidade e de acompanhamento da sua execução. Coisa em que o Sr. Presidente da Assembleia da República tem insistido, com toda a razão. Seremos fiéis, também, à preocupação que ele exprimiu.

Em suma, Srs. Deputados, julgo que as propostas que hoje apresentamos são um bom começo de um debate que é preciso continuar, sem qualquer acrimónia. A «taça», Srs. Deputados, será de todos ou não será de ninguém. E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem esta convicção nesta «selecção», meus senhores, ou ganham todos ou perdem todos!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Inscreveram-se, para pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados Narana Coissoró, Guilherme Silva, António Filipe e Miguel Macedo

Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, como é seu hábito, elogiou-se a si próprio

Não direi que o elogio em boca própria é vitupério, porque há mérito no seu trabalho. E até há bastante mérito, porque muitas das soluções que o Partido Socialista traz, mesmo não sendo ideias novas, uma vez que, como V. Ex.^a já disse no seu «livrinho», representam uma espécie de desenvolvimento do que se passou no grupo de reflexão

Por outro lado, também não penso mal do facto de o trabalho profícuo e útil, que foi feito pelo Presidente da Assembleia da República e que foi adoptado pelo grupo de reflexão e que «largamos da mão», simplesmente porque o que já estava feito, ter sido apropriado pelo partido do Presidente, pelo Partido Socialista.

Vozes do PSD — Tal e qual!

O Orador — O Partido Socialista apropriou-se do trabalho do grupo de reflexão e do Presidente da Assembleia da República, do seu texto, pôs-lhe a chancela de Francisco de Assis e outros, e pronto, o «livrinho» estava feito! Não há mal nisso.

Ele é o Presidente da Assembleia e apresentou o trabalho nessa qualidade. VV. Ex.^{as} entenderam «privatizar» o trabalho do Presidente para o partidarizar. E uma opção, nada temos que ver com isso, o texto não é nosso e não o plagiariamo

Em terceiro lugar, V. Ex.^a vem aqui dizer que resolviu problemas que são da competência dos tribunais através da Assembleia. Penso que fez mal. Dessa forma, V. Ex.^a reduz o Presidente da Assembleia da República a um guarda da PSP. V. Ex.^a diz que o Presidente da Assembleia da República recebe uma carta do juiz de instrução ou do Ministério Público e depois procede à notificação do Deputado. V. Ex.^a não se dá conta que, dessa

forma, a segunda figura do Estado é equiparada a um guarda da PSP?

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — E a oficial de diligências!

O Orador — E a oficial de diligências! Vejo o seu zelo de que o Deputado vá, a todo o custo, imediatamente, o mais depressa possível, responder em tribunal!

Vejo, efectivamente, que V. Ex.^a tem de libertar-se de muitas pessoas que estão aí sentadas, que faltaram à palavra e que não suspenderam o mandato logo depois da acusação definitiva.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — Vejo isso!

Agora, fazer do Presidente da Assembleia da República o órgão que notifica as decisões do Ministério Público, as decisões de qualquer procurador ou do juiz de instrução criminal, não entra na cabeça de um tolo, nem na cabeça da polícia.

Risos do CDS-PP e do PCP

Em terceiro lugar, V. Ex.^a quis fixar no seu pequeno livro o que está no Código de Processo Penal. Para que é preciso trazer para o Estatuto dos Deputados o conceito de acusação definitiva? Para quê? Isto é uma usurpação dos poderes dos tribunais. A acusação definitiva é uma figura dos tribunais, é uma figura do poder judicial. O Código de Processo Penal não tem de ser trazido para o Estatuto dos Deputados.

Não vejo qualquer vantagem em trazer para o Estatuto dos Deputados conceitos que estão firmados, fundados, no Direito Processual Penal português.

Gostava de saber o que é que responde a isto

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Sr. Deputado José Magalhães, deseja responder já ou pretende acumular os pedidos de esclarecimento?

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, responde no fim de cada dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, a tentativa que vem fazendo de reescrever a história, e particularmente a história recente que todos nós conhecemos, não vale a pena.

Não há qualquer dúvida de que o contributo do Partido Socialista, no âmbito do grupo de trabalho, deixou muito a desejar e, de repente, aparece este «ovo» do Sr. Deputado José Magalhães de transformar e apoderar-se de todo o trabalho feito para tentar vender à opinião pública que é o Partido Socialista, protagonizado em particular por V. Ex.^a, o reformador do Parlamento.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr. Deputado José Magalhães, este tipo de comportamentos levanta-nos uma outra questão: é preciso reformar os grupos parlamentares e, eventualmente, também o procedimento de alguns Deputados.

Esta questão, Sr. Deputado, só não vem enquistar e comprometer este processo todo, porque se nota, felizmente, da parte de todos os grupos parlamentares, e do meu também, a boa vontade de manter uma atitude de aproximação e de consensualização, designadamente em sede de discussão na especialidade.

Mas V. Ex.^a terá de reconhecer que esse tipo de procedimento poderia ter comprometido a reforma do Parlamento. Não foi bonito, não «colou» na opinião pública, porque a comunicação social sabe muito bem como é que este processo se processou. Portanto, V. Ex.^a, lamentavelmente, não teve, nesta matéria, a atitude mais correcta, nem o seu partido, que, porventura, foi arrastado por si para um procedimento que não foi o mais adequado para criarmos um espaço máximo de aproximação, para fazermos a reforma do Parlamento, para podermos dar uma resposta adequada aos portugueses de dignificação desta Assembleia e também uma resposta mais actual nos nossos procedimentos parlamentares em todas as linhas que estão aqui a ser discutidas.

E quero dizer-lhe que V. Ex.^a se esqueceu de uma coisa. Tentou retratar-se dizendo: «mas não há aqui copyright, não há direitos de autor, o que aqui está é de todos». Mas o «livrinho» que V. Ex.^a fez publicar diz: «reservados todos os direitos para a língua portuguesa». Esqueceu-se de lembrar à editora que, realmente, era um caso especial de apropriação de um trabalho que é de todos e não apenas do Partido Socialista.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, estando a Assembleia da República, hoje, a discutir questões como os inquéritos parlamentares, o regime das perguntas e o novo figurino de funcionamento, penso ser muito curioso que os Deputados se comportem, eles próprios também, segundo aquele figurino mediático «perguntatório» que agarra numa questão circunstancial e procedural para a transformar no «alfa» e no «ómega». Assim estão as nossas recíprocas «contaminações», elas nada têm de «satanizante», temos de viver com isso, mas não podemos ficar amarrados a isso.

Primeiro, vou responder à questão que o Sr. Deputado Narana Coissoró colocou.

Sr. Deputado, creio ser positivo que os grupos parlamentares editem, e devo dizer que a nossa experiência de trabalho nesta matéria foi interessante. Tínhamos um grupo interno de reflexão, que foi exercendo os seus direitos de avaliação e de análise, e pusemos em comum experiências e ideias muito diversas sobre como melhorar o funcionamento do Parlamento. Isso é um funcionamento normal e responsável de qualquer bancada e exortamos todas a fazerem o mesmo, ou a fazerem outra coisa, mas a contribuirem de maneira racional e estruturada.

É um pequeno jogo de palavras dizerem que isto tem direitos de autor. Tem, no sentido exacto de que o artigo do Sr. Deputado Carlos Zorrinho é protegido pelos direitos de autor — como é óbvio, porque é um artigo de opinião —, bem como o artigo do Sr. Deputado Jorge Lacão.

sobre rescisão do mandato, bem como o artigo do António Reis. Mas o meu texto, por exemplo, não é protegido. Ou seja, isso é normal, e tomo as suas palavras como uma brincadeira da sua parte, porque é uma pessoa que conhece muito bem os direitos de autor.

Mas, Srs Deputados, remetia

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Só os vossos textos é que são protegidos?

O Orador — Não, os outros são domínio público. Srs. Deputados Os projectos de lei são domínio público.

Mas não vamos perder tempo com essa pequena questão que era, aliás, uma graça simpática da vossa parte.

Em relação à metodologia, julgo, Sr. Deputado Narana Coissoró, que a sua atitude é sensata. Ou seja, o grupo de reflexão foi o que todos nós quisemos que ele fosse. Isto é, o Partido Comunista não aceitava que ele impusesse aos partidos posições comuns — e bem, porque os partidos não podem ser forçados a um figurino comum — e nenhum partido abdicava de ter projectos próprios, o que é muito natural.

Agora, nós, Partido Socialista, não podemos ser penalizados por projectar e fazer também articulados próprios. Era só o que faltava! E espero que ninguém venha colocar outra vez a famosa questão, que aqui foi reeditada, de trazermos a Plenário o articulado estudado e preparado pelo Dr. Almeida Santos, o qual, aliás, vale uma bela leitura porque tem análises de experiência parlamentar, riquíssima, que todos devemos tomar em consideração. E, insisto, é uma honra para nós viabilizarmos a discussão e votação desse articulado, que mais ninguém viabilizou. Se quiserem, aliás, transformar esse articulado em projecto comum, Srs Deputados, é para já! Querem transformar esse articulado em projecto comum? Fazemo-lo já! Despojamo-lo de tudo o que tenha um sinal partidário específico e apresentamos esse articulado como projecto comum, já!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr António Capucho (PSD) — Demagogia!

O Orador — Querem fazer isso? Estamos completamente disponíveis para o fazer! E não é amanhã, é já! E, desta forma, acabamos com esta conversa, que é, de facto, absurda!

Quanto à acrimónia, Srs Deputados, não nos apanham em pecado de acrimónia. A questão colocada pelo Sr. Deputado Narana Coissoró é de grande melindre.

No que se refere às notificações dos Srs Deputados, V. Ex^a pode ter uma melhor solução e vamos discuti-la na especialidade, mas façamo-lo com sentido institucional. Por mim, prefiro ser notificado pelo Sr Presidente da Assembleia da República.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Por quê? É cidadão de 1^a?

O Orador — E penso que isto poupar-nos-ia a todos a alguns episódios que não foram seguramente prestigiantes. Mas se V. Ex^a tem uma melhor solução estamos completamente disponíveis para a considerarmos.

Porém, não aceitamos, Sr Deputado, qualquer insinuação em relação a quem quer, a quem disse que prometia, que fazia, não sei o quê relativamente ao mandato. O Sr Deputado terá nomes, ou diz esses nomes todos ou apaga da Acta essa parte da sua declaração, porque é imprópria e até mesmo aleivosia.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador — Com certeza, Sr Deputado, se o Sr Presidente o permitir

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Sendo assim, faça favor, Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Deputado José Magalhães, não vou referir nomes, mas V. Ex^a sabe que o Primeiro-Ministro disse durante a campanha eleitoral que todos os candidatos a Deputados do seu partido que fossem acusados pelo Ministério Público deveriam renunciar à candidatura.

Houve candidatos — e obviamente não vou dizer nomes, porque V. Ex^a sabe quem são,

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — É público!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — aliás, isso é público — que foram acusados e que não renunciaram à candidatura, dizendo que ainda não havia acusação definitiva. Ora, segundo o articulado da iniciativa do PS, era uma acusação definitiva.

Portanto, V. Ex^a deveria ter cuidado em trazer para o Estatuto dos Deputados uma problemática controversa como a de saber o que é a acusação definitiva e quando uma pessoa é ou não notificada.

Onde está a aleivosia?

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Sr Deputado Narana Coissoró, peço-lhe que termine, pois não posso permitir um diálogo tão grande.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Término já, Sr Presidente.

Aleivosia é V. Ex^a querer descartar-se deste triste espetáculo de campanha eleitoral com o que disse Eu não vou por esse caminho!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Sr Deputado José Magalhães, o tempo regimental para a resposta ao pedido de esclarecimento foi esgotado com a interrupção do Sr Deputado Narana Coissoró, pelo que, se assim entender, só poderá concluir-la na próxima resposta a pedidos de esclarecimentos.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe.

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, o Sr. Deputado José Magalhães falou em acrimónia dos partidos, nomeadamente do PCP, em relação a iniciativas apresentadas pelo PS. Sr Deputado, não há acrimónia alguma relativamente a quaisquer iniciativas, sejam elas apresentadas por que partido for, nem pelo PS em particular. Porém, chamámos a atenção para o seguinte: houve um grupo de trabalho que reuniu e do qual o PS, em larga medida, se alheou, permitindo-se depois utilizar as conclusões do relatório elaborado por esse grupo de trabalho, apropriando-se delas, para as inserir, publicitando-as, numa sua iniciativa.

Perguntar-se-á isto não é criticável? Do nosso ponto de vista, é criticável e não pode deixar de ser criticado! Nada tem a ver com qualquer acrimónia em relação ao conteúdo de qualquer proposta apresentada mas, sim, com métodos, procedimentos e lealdade no âmbito do trabalho parlamentar, o que é completamente diferente

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador: — O que criticamos não é o conteúdo das vossas propostas mas, sim, a publicidade, digamos, enganosa com que as revestem

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador — Estas iniciativas do PS só me fazem lembrar, Sr Deputado, algumas daquelas publicações que recebemos pelo correio, em *mailing* directo Quando recebemos um envelope, sabendo à partida que querem vender um produto qualquer, normalmente uma publicação, mas temos de folhear toda a publicidade, passando por todos os sorteios, até conseguirmos descobrir, por fim, em letras pequenas, o que nos querem vender

Os Srs Deputados apresentaram estas iniciativas da mesma forma, ou seja, com um enorme aparato mediático, um enorme espavento, mas, depois, quando vamos ver, verificamos que as propostas concretas da vossa lavra não são tanto quanto parece

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, há uma questão que, do nosso ponto de vista, não pode passar em claro

O Sr Deputado chegou ali, à tribuna, e, entre as várias alusões a iniciativas do Partido Socialista, diz alto e bom som «acabem-se os desdobramentos!», no que respeita às viagens. O Sr Deputado não está a falar connosco, pois não podemos acabar com uma prática que nem sequer começámos!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Sr António Capucho (PSD) — É demagogia!

O Orador — Quererá V Ex.^a requerer aos serviços que elaborem uma listagem de quem fez desdobramentos nos últimos meses ou na presente Sessão Legislativa? Isto porque é importante que, quando V Ex.^a faz esta afirmação para todos os Srs. Deputados, se saiba com quem está a falar. E, seguramente, connosco não é!

Já agora, também é importante saber o que é que os Srs. Deputados propõem. Porque, se só propõem essa alteração, o regulamento continua a prever que possa haver viagens com acompanhantes, os Srs. Deputados não propõem que se suprime essa disposição mas, sim, que se suprime os desdobramentos. Então, Sr. Deputado, diga-nos o que propõem. Que a Assembleia da República pague as duas viagens em 1^a classe? É isto? Se é isto, assumam-no e não o escondam!

Aplausos do PCP

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Miguel Macedo

O Sr Miguel Macedo (PSD) — Sr Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, quero fazer-lhe duas ou três perguntas, tendo em conta a publicação feita pelo Grupo Parlamentar do PS e que, do meu ponto de vista, procura esconder algumas questões essenciais que ficaram daquela manobra que fizeram, quando, não tendo participado no grupo de trabalho que estava a laborar sobre estas matérias, pretendiam avançar sozinhos em relação às mesmas

Quero, desde já, dizer que fico com a sensação que o PS, tendo publicado este livro e tendo feito uma boa campanha de *marketing* sobre estas matérias, procurou a todo o custo esconder o que era essencial nesta reforma do Parlamento, designadamente o que tem a ver com as questões políticas do seu funcionamento

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — Por isso o PS entretém-se, neste conjunto de propostas e neste livro, a falar da Lei Orgânica da Assembleia da República, da lei do segredo de Estado e da forma como ela se há-de concretizar no Parlamento — se calhar, são problemas próprios do PS — e de muitas matérias, mas, estranhamente, não vai à questão de fundo, que é o funcionamento político do Parlamento

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Sr. José Magalhães (PS) — Não vai?

O Orador — Fica de parte um mandato essencial que o Presidente da Assembleia da República quis atribuir ao grupo de trabalho e que tem a ver com o funcionamento político do Parlamento

Podem fazer muito *marketing*, mas sobre esta matéria os senhores dizem quase nada,

Vozes do PSD — Dizem «zero»!

O Orador — para não dizer «zero»!

Sr. Deputado José Magalhães, passo à formulação das perguntas

É sabido que, mesmo com a ausência do PS no grupo de trabalho, o conjunto dos outros grupos parlamentares tinha chegado a consensos e aproximações sobre matérias como debates com o Primeiro-Ministro no Plenário, debates de urgência no Plenário e perguntas ao Governo

A questão que coloco, que é a dúvida que tenho, tem a ver com o seguimento deste conjunto de propostas do PS avançadas isoladamente quer dizer que o PS, no processo que há-de conduzir à discussão desta matéria, vai ficar, como se costuma dizer, nas suas «tamanquinhas» e não se vai aproximar minimamente daquilo que são as propostas já discutidas e aproximadas entre os outros grupos parlamentares para depois ficar com capital de queixa em relação a esta matéria e esconder o facto de, durante muito tempo, não ter participado neste grupo de trabalho?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Sr José Magalhães (PS) — Falso!

O Orador — É isto o que o Partido Socialista quer?

Passo à segunda questão. Está o PS disponível para pegar nesse conjunto de propostas, que foram tendo sucessivas aproximações entre todos os grupos parlamentares, para, em conjunto com os contributos que o PS agora, tardiamente,

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Tarde e mal!

O Orador: — .. dá sobre esta matéria, embora com um bom *marketing*, connosco, chegar a esse conjunto de soluções?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, julgo que estas perguntas são muito interessantes para tentarmos discutir e acordar um procedimento de reforma. E o procedimento de reforma, Srs Deputados, é o de que não vale a pena a tal acrimónia ou o «concurso pela taça» nesses termos. Não contem connosco! Não participamos nisso!

Mais ainda: não aceitamos esse estatuto na reforma! Nós somos parte da reforma, não somos obstáculo à reforma! Ex^{as} não são o *alfa* e o *omega* da reforma, são parceiros dela; seguramente, não serão ditadores da reforma, porque ninguém é ditador de reforma alguma e aqui todas as pessoas têm direitos iguais.

Portanto, não aceitamos ser tratados de outra maneira e não tratamos ninguém de maneira diferente, não vale a pena elevar os decibéis, porque isso não nos intimida!

O Sr. António Filipe (PCP) — Não era essa a nossa intenção!

O Orador. — Concluídos os trabalhos do grupo de reflexão todos os partidos eram livres de apresentar as suas propostas. Houve partidos que nem apresentaram proposta alguma, houve partido que nunca estiveram presentes no grupo de reflexão e que, todavia, apareceram hoje nos jornais a dizer coisas monumentais sobre a reforma. Estão no seu direito! Nem vou denunciar quem o fez! É irrelevante! O grupo de reflexão terminou os seus trabalhos, e cada qual tem de apresentar o seu trabalho e as suas iniciativas sobre esta matéria.

Em segundo lugar, Srs Deputados do PSD, queriam que tivéssemos apresentado as propostas clandestinamente, numa catacumba, com velas, escondidos dos *media* para ninguém ver, fechados, com capuz, talvez?! É ridículo, Srs Deputados! Temos direito de as apresentar à luz do dia, de «cara lavada», porque são propostas honestas.

Em terceiro lugar, e último, Sr Presidente, este é o momento esplêndido para a reforma, como prova este debate. Mas, então, Srs Deputados, há alguns anos, era lá possível que a maioria parlamentar assistisse calma e znicamente quase a uma cena em que o Dr António Capucho abraçou o Sr Deputado António Filipe e exprimiu a sua concordância em relação às propostas do PCP,..

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Foram trabalhadas em conjunto!

O Orador — . que, *in illo tempore*, faziam ranger de raiva e provocavam ataques de fúria aos líderes parlamentares do PSD e que faziam dirigentes do Governo, como o Dr. Luis Marques Guedes, erguer-se em fúria contra a minoria parlamentar, que tinha projectos loucos e «governicidas»?! Este clima alterou-se! Neste momento, os que assim agiam tornaram-se arautos de sistemas, que, no limite, aliás, tornam o sistema ingovernável, e estão, como vimos, em atitude de consenso!

Meus caros senhores, esse consenso encanta-nos! Esse consenso ajuda-nos! Esse consenso lima arestas! O que é preciso é não redundar em qualquer solução «esquizo-absurda» que torne o funcionamento do Parlamento propriamente irracional, e para isto não contem connosco, evidentemente, nem agora, nem nunca!

Por último, o ambiente também é bom por uma outra razão, que só toco agora: é um ambiente tão curioso que há confusão em algumas bancadas que, a meu ver, é preveniosa.

Por exemplo, a bancada do PSD acabou de apresentar um determinado projecto na área do Regimento da Assembleia da República. Todos ouvimos o Dr. Durão Barroso a protestar, como «virgem assassinada», pelo facto de o Parlamento terminar o seu período normal de funcionamento no dia 6 de Julho. Ó atentado! Ó horror! Querem encerrar o Parlamento! Ó maus da fita! Ó cruéis! Deixemos de lado que era assim no tempo do PSD, porque não é esta a questão, pois o funcionamento é racional.

Então, o que propõe o PSD nesta matéria? Vou ler, Sr^{as} e Srs. Deputados, o n^o 2 do artigo 46º do projecto de resolução n^o 66/VIII diz o seguinte: «O período de normal de funcionamento da Assembleia da República decorre de 15 de Setembro a 15 de Junho ()». Sensatos proponentes, insensato Durão Barroso! Mas a vossa confusão é uma confusão produtiva, e vamos para a comissão da especialidade explorar essa confusão produtiva, fazer clarificações com um espírito de consenso, com um espírito de ponte. Portanto, contem connosco, Srs. Deputados, para soluções constitucionais e cautelosas, mas não contem connosco para o resto! Mas esse é um direito nosso e seremos julgados por isso — todos, não apenas nós — pelo povo português!

Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas perguntas, que foram interessantíssimas.

Aplausos do PS

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Quanto às viagens a resposta também foi interessantíssima!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs. Deputados. Começo por referir-me à intervenção do Sr. Deputado José Magalhães para lhe dizer que, em primeiro lugar, não dei qualquer abraço ao Deputado António Filipe,

O Sr. José Magalhães (PS) — Era uma metáfora!

O Orador — . manifestei a minha concordância, na generalidade, com as propostas que o PCP apresentou e que, de resto, verteu no grupo de trabalho

O Sr. José Magalhães (PS) — Era uma metáfora!

O Orador — Mas se V. Ex.^a está com ciúmes políticos não vejo inconveniente algum em dar-lhe um abraço no fim deste debate, embora distanciado, é claro!

Risos

Sr Presidente, Srs Deputados. A minha bancada quer ainda acreditar que todos os grupos parlamentares, neste

debate e nos trabalhos preparatórios que o antecederam, partilham o mesmo objectivo essencial: favorecer a capacidade de resposta da instituição em que representamos os cidadãos portugueses aos novos desafios que a democracia nos coloca. Desafios que são cada vez mais complexos e exigentes e obrigam a soluções inovadoras: soluções que aproximem cada vez mais os eleitores dos eleitos e do Parlamento, da mesma sorte que permitem inverter a lamentável baixa de popularidade da nossa instituição

Entendeu oportunamente S Ex^a o Presidente da Assembleia da República constituir um grupo de trabalho presidido pelo Deputado Mota Amaral para preparar as propostas a que hoje vamos dar seguimento e que deverão estar ultimadas a tempo de entrar em vigor já no início da próxima sessão legislativa

Não posso deixar de agradecer, pessoalmente e em nome do meu grupo parlamentar, o excelente trabalho realizado pelos representantes dos grupos parlamentares que participaram

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — De resto, a reforma do Parlamento começou mesmo antes das decisões que vamos tomar. Com o nosso apoio, o Presidente da Assembleia adoptou importantes medidas relacionadas com o funcionamento do Plenário, que já se revelaram, em nossa opinião, muito positivas. Aliás, muito foi já consensualizado em sede de grupo de trabalho, sendo certo que sobre questões fulcrais ainda não há «luz verde» do PS e, infelizmente, sem o concurso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por razões quantitativas, nenhuma reforma é possível.

Ora, insisto em dizer que muitos de nós estranhámos a postura, no mínimo, distanciada do Partido Socialista face às actividades do grupo de trabalho e a forma inopinada como, à margem deste e à última hora, verteu um profuso conjunto de propostas, divulgadas sucessivamente em conferência de imprensa, em brochura e, depois, em livro.

Curiosamente, esse abundante contributo do PS, que não considero desinteressante, é, ainda assim, quando envolve ou deveria envolver a prestação do Governo nos trabalhos parlamentares, manifestamente insuficiente.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — «Muita parra, mas pouca uva» é como podemos classificar, com frontalidade, as propostas do PS — e pago, mais uma vez, direitos de autor ao Sr. Deputado António Filipe, mas a minha intervenção já estava escrita antes de fazer a sua aqui.

O Sr António Filipe (PCP) — Não tem de pagar nada!

O Orador: — Muito obrigado

É certo que as reservas do PS são coerentes com a pouquíssima abertura que tem revelado, na prática, aos debates que não lhe convêm, porque desagradam ao Governo.

Já esta semana recusou, por exemplo, ao que sabemos, um debate de urgência sobre segurança interna, como se nada de muito grave se tivesse passado recentemente no domínio do agravamento da criminalidade, com *gangs* de jovens, tal como recusou a presença, em Comissão, de responsáveis ligados ao Governo, ao Instituto de Conservação da Natureza e ao Parque Natural de Sintra/Cascais para debatermos os escândalos que afectam a gestão daquela área supostamente protegida.

Assim, a realização dos debates de urgência continuariam, para o PS, a depender da sua vontade ou de uma qualquer maioria no futuro, em sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Por outro lado, o PS não abre a possibilidade de agrupar por sector governamental as sessões de perguntas ao Governo, embora não tivesse outra saída que não fosse a consagração, há muito prometida mas nunca concretizada em termos regulares, dos debates mensais com a presença do Sr Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O figurino pretendido pelo PS privilegia a oratória do Primeiro-Ministro e não o diálogo entre o Primeiro-Ministro e os Deputados.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Voltando ao contributo global do Partido Socialista, é também curioso notar um certo pretensiosismo com que, no preâmbulo e até em notas anexas ao articulado, não se limitando a justificar o conteúdo das próprias propostas, se permite comentar longamente as propostas alheias e até dissertar sobre a posição do Presidente da Assembleia da República acerca delas. Tudo como se de relatórios de uma qualquer comissão se tratasse e não de projectos de resolução do Partido Socialista.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — A verdade é que o PS nunca viu com bons olhos este grupo de trabalho e pretendeu, inadequadamente, substituir-se a ele.

Vozes do PSD — Exactamente!

O Orador — Sr Presidente e Srs. Deputados, permito-me agora, muito sinteticamente, informar a Câmara sobre as nossas principais propostas, que resultam de um amplo debate interno e iniciado nas nossas jornadas parlamentares de Janeiro passado.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — O PSD pretende recentrar no Parlamento o debate político de actualidade, nomeadamente prevento, no período antes da ordem do dia, a realização de interpelações à Câmara por todos os grupos parlamentares sobre temas de actualidade.

Hoje, por exemplo, seria interessante lançarmos um debate, breve, mas incisivo, sobre a enésima promessa falhada do Sr Ministro Jorge Coelho a propósito da eliminação do imposto de sisa, à qual parece opositor o Ministro Pina Moura e que tanta perplexidade está a causar nos meios económicos e, nomeadamente, nos potenciais compradores de casa própria.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador — Pretendemos também, como já referi, adoptar uma sessão mensal de perguntas ao Primeiro-Ministro e sectorializar as sessões de perguntas ao Governo, nas quais este não pode escolher as que lhe convêm e descartar as incómodas.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sugerimos que os debates de urgência, tal como já sucede com as interpelações ao Governo, devem de ser decididos casuisticamente, por maioria da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, e passem a decorrer do exercício do direito potestativo de cada grupo parlamentar, deixando, assim, de estar dependentes da vontade do PS ou de uma qualquer maioria.

Visamos, por outro lado, a alteração do regime jurídico dos inquéritos parlamentares, em ordem a reforçar a operacionalidade e independência das respectivas comissões.

No domínio do direito de petição, pretendemos reduzir o prazo de apreciação em comissão e em Plenário e proporcionar a audição obrigatória dos petionantes sempre que esta seja subscrita por um número significativo de cidadãos.

Para terminar, Sr Presidente e Srs Deputados, quero renovar a disponibilidade da minha bancada para prosseguir o esforço em ordem a adoptarmos, em prazo útil, as alterações indispensáveis aos grandes objectivos que nos devem nortear na dignificação dos trabalhos parlamentares e da instituição que servimos e que nos cumpre prestar.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Inscriveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Narana Coissoró e António Filipe

Tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado António Capucho, quero fazer só duas perguntas muito breves

Em primeiro lugar — e esta pergunta já foi feita —, sobre a duração dos trabalhos da Assembleia da República, o presidente do seu partido, há quatro ou cinco dias, rebelou-se contra o período de férias parlamentares, mas isto não foi vertido na vossa proposta, não tem as ideias dele Teve acolhimento no projecto? Pergunto esperam ainda actualizá-lo?

Em segundo lugar, não vejo por que é que continuam com a ideia de menorizar os partidos mais pequenos. Com isto, VV Ex^{as} reduzem, por exemplo, para o CDS-PP e para o PCP, o número de debates de urgência. Isto porque, enquanto a lei actual permite a todos os partidos qualquer número de pedidos de debates de urgência. Com o que VV Ex^{as} agora propõem o CDS-PP, o BE, Os Verdes e o PCP vêem essa faculdade reduzida, já que o proposto para o nº 2 do artigo 77º e «a) Até 15 Deputados, inclusive, um debate. b) Com mais de 15 e até um quinto de Deputados, dois debates, ()»

Sr Deputado, não percebo por que se quer diminuir o nosso direito de requerer todos os debates de urgência que pretendemos? Será isto ainda um tique da maioria absoluta, o de querer reduzir a nada os chamados pequenos partidos?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Em terceiro lugar, V Ex^a referiu-se a debates de temas da actualidade, mas, se não sabe, devo dizer-lhe que por alguma razão este nome foi lançado por

mim no grupo de reflexão. Mas entendo que aquilo a que VV Ex^{as} chamam no vosso diploma de «interpelação à Câmara» não existe, pois ninguém interpela a Câmara, interpela-se o Presidente e os partidos políticos. Portanto, «interpelação à Câmara» é uma figura que não tem suporte nominal, digamos assim.

De qualquer modo, pergunto VV Ex^{as} querem, ao contrário do que nós pretendemos e defendemos no grupo de reflexão, acabar com as declarações políticas? Pergunto porque, no vosso diploma, no elenco dos poderes e direitos dos grupos parlamentares, VV Ex^{as} eliminam o direito à declaração política, não sei se inadvertidamente ou se propositalmente!

Sr Deputado, não haverá, segundo a vossa proposta, declarações políticas?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não pode ser!

O Orador — Querem reduzir ao mínimo os pequenos partidos, para que só dois dos seis que aqui têm assento possam fazer a alternância?

Significa isto que voltaram os tiques antigos, aqueles que se verificam no Regimento que nos foi imposto há seis anos?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Narana Coissoró, aproveito para esclarecer à questão da duração da sessão legislativa. Aquilo que consta do nosso projecto de resolução é rigorosamente aquilo que consta da Constituição, e não era nossa intenção alterá-la.

Agora, não deixa de ser verdade que o PSD, no decorrer desta Sessão Legislativa, com o vosso apoio, presumo, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares — e, de resto, com o apoio do PCP e de todas as bancadas, excepto da do PS —, pretendeu prolongar esta Sessão Legislativa, o que é possível nos termos da Constituição e do Regimento.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Mas nós queremos que seja a 30 de Junho

O Orador: — O que não podemos é alterar a duração que está na Constituição!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Por que não?

O Orador — Não podemos nesta sede, podemos alterar a Constituição!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Estamos a falar do Regimento!

O Orador — Mas, presumo eu, Sr Deputado, que sabe disto mais do que eu, como eminente jurista, não está em causa qualquer revisão deste ponto, porque o que propomos é um método de flexibilizar a possibilidade de a Câmara, tacitamente, prorrogar o período da sessão legislativa. Portanto, nisto estamos de acordo, não há qualquer problema.

Quanto aos debates de urgência, deixe que lhe diga, o Sr Deputado leu mal Não eliminamos a possibilidade de, em sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, serem agendados, por maioria, os debates de urgência que se entender, tal como actualmente sucede. Adicionalmente — e se não é esta a leitura que faz corrigir-me-la imediatamente —.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Veja a proposta que faz para o artigo 77º!

O Orador — o espírito é acrescentar aos debates de urgência assim decididos pela Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares novos debates de urgência em termos potestativos

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Isso não era preciso!

O Orador — É preciso! Sr. Deputado, se eu tivesse direito potestativo a agendar um debate de urgência, garantir-lhe que agendava para amanhã um debate de urgência sobre as questões de segurança interna, coisa que hoje não posso fazer!

Protestos do Deputado do CDS-PP Narana Coissoró.

É uma questão de redacção, Sr Deputado Se a sua leitura não é essa.. A nossa intenção é não prejudicar o sistema actual e acrescentar um certo número de direitos potestativos, como é óbvio proporcionalmente à dimensão dos grupos parlamentares.

O termo «interpelação à Câmara» pode ser, acerto, imediatamente substituído pela expressão, porventura mais correcta, «debate de actualidade», mas a filosofia é exactamente a mesma Recordo-me perfeitamente de que o Sr Deputado levantou essa questão no grupo de reflexão, mas, como poderá reparar, se ler o nosso projecto de resolução, em nada prejudicamos, com os debates de urgência ou qualquer outro preceito, a existência de declarações políticas nos precisos termos actualmente previstos, ou seja, quinzenais.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Mas eliminam o direito dos pequenos grupos parlamentares.

O Orador: — Não Podemos esclarecer isso, se não está claro, na especialidade

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr Presidente, Sr. Deputado António Capucho, na minha intervenção não me referi às propostas concretamente apresentadas pelo PSD, mas tenho agora a oportunidade de o fazer sob a forma de pedido de esclarecimento

Relativamente às várias propostas apresentadas pelo PSD, como é óbvio, nem todas elas têm da nossa parte o mesmo grau de concordância, já que se referem a naturezas muito distintas. Devo dizer que aquelas que vemos com maior dificuldade, embora entendamos que vale a pena discuti-las, são as que dizem respeito ao regime dos inquéritos parlamentares e, nomeadamente, às presidências

das comissões de inquérito É uma questão com alguma complexidade e que, como é natural, devemos discutir ponderadamente

Mas desde já gostaria de dizer que vemos com apreço as propostas relacionadas com a celeridade da tramitação das petições apresentadas pelos cidadãos à Assembleia da República É também uma preocupação nossa, em relação à qual há, portanto, uma convergência de opiniões quanto à necessidade — e, aliás, creio que esta será consensual no conjunto da Câmara — de alterar esta situação, que não significa a Assembleia da República e em nada contribui para a motivação dos cidadãos para participarem na vida política

Também compartilhamos as preocupações relativamente à valorização da Assembleia da República e ao reforço dos seus poderes face ao Governo, à operacionalidade dos meios de fiscalização da actividade governativa por parte da Assembleia da República Daí que compartilhamos a ideia de reformular o figurino do debate mensal com o Primeiro-Ministro e o das perguntas ao Governo, havendo de facto uma margem razoável de concordância entre as nossas propostas e as apresentadas pelo PSD

Além disto, também vemos com interesse a ideia de poder haver um determinado número de debates de urgência potestativos No entanto, também entendemos que os partidos com menor representação parlamentar não devem ser marginalizados, devemos procurar uma forma adequada para dar expressão a esta figura Mas parece-nos que, de facto, faz sentido que um debate, que é de urgência, não fique depois dependente da obtenção do consenso necessário

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — É o que acontece!

O Orador — para o seu agendamento, porque, a não ser assim, quando a questão for discutida já não é urgente Ou seja, ficamos na mesma situação em que se encontram os petionantes, que é a de quando a petição que apresentam é discutida, por vezes, já perdeu o objecto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — Portanto, é uma ideia interessante, que ponderaremos, naturalmente, na especialidade, assim como também a proposta que se refere ao dever de comparência dos membros do Governo em comissões Parece-nos que, em determinadas situações, se justifica que essa comparência tenha uma determinada urgência, uma determinada celeridade, o que, por vezes, não é compatível com uma gestão de agenda muito maleável, que faz com que acabe por se perder a oportunidade e a especial premência em realizar determinadas reuniões ou diligências com a presença ou a colaboração de membros do Governo

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Sr Deputado, terminou o seu tempo Queira concluir

O Orador — Concluo, imediatamente, dizendo que, para nós, a valorização do poder da Assembleia é a pedra-de-toque desta reforma e dar-lhe-emos a maior colaboração.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, nada tenho a dizer

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Sendo assim, para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda não apresentou qualquer proposta sobre esta matéria, porque assim nos aconselhava tanto o reconhecimento de que nos faltam diuturnidades nesta Câmara e experiência regimental como o reconhecimento do mérito de muitas das propostas que aqui estão apresentadas

É certo que também nos tem faltado imaginação regimental para, por exemplo, interromper uma sessão plenária para dar uma conferência de imprensa ou alguns outros instrumentos que, com grande criatividade, têm surgido nesta sessão parlamentar.

O facto, no entanto, é que se percebe, nas várias intervenções que surgiram até agora e na letra dos textos, que o grupo de trabalho, oportunamente formado pelo Presidente da Assembleia da República, teria tudo a possibilidade de ir muito mais longe na apresentação de propostas a esta Assembleia. E, em certa medida, estamos agora a recomeçar, quase do princípio, um trabalho que poderia estar num nível mais avançado se esse esforço de consensualização, ou, pelo menos, de convergência, ou, até, só de delimitação das matérias da divergência e da convergência tivesse sido feito.

Não sendo assim, resta-nos esperar que passe à especialidade o conjunto das propostas que aqui foi considerado para que, então, comece um trabalho de comissão de forma a serem aproveitados os contributos das várias bancadas.

Não queria deixar de dizer, no entanto, nesta introdução, que se provou que não dependia da questão salarial a possibilidade e a necessidade de se tratar da alteração do Regimento e de correcções à forma de funcionamento desta Assembleia. E é por isso que se constatam acordos tão vastos, como aqueles que dizem respeito à sessão mensal com o Primeiro-Ministro, às perguntas quinzenais com os ministérios, aos debates de urgência, a uma agenda mais programada com maior antecedência, a um regime mais expedito e mais responsável sobre as petições, que aparecem nos diplomas apresentados pelas três bancadas que fizeram propostas a este respeito.

Sem discutir prioridades autorais, que é, sem dúvida alguma, um dos debates mais esdrúxulos desta sessão parlamentar de hoje, quero, no entanto, sublinhar que há propostas práticas dos vários grupos parlamentares que me parecem extraordinariamente importantes.

Sem sublinhar ou apresentar qualquer hierarquia na importância destas propostas, mas para dar vários exemplos, o PCP sugere que os funcionários públicos possam ser convocados sem dependência de uma autorização hierárquica, que possa haver dois momentos na sessão de sexta-feira e uma organização mais coerente da ordem de trabalhos, que o pedido de autorização legislativa dependa da apresentação de um anteprojecto de decreto-lei. Tudo isto nos parece bem, como outras matérias deste projecto de resolução do PCP.

O Partido Socialista sugere debates de actualidade e de política estrutural.

O PSD sugere muitos critérios, entre os quais, por exemplo, que o presidente das comissões de inquérito seja necessariamente de um partido da oposição e o regime potestativo em relação aos debates de urgência. Nestas e noutras matérias acompanhamos cada um destes grupos parlamentares. Também nos parece interessante a ideia da fiscalização e regulamentação da aplicação das leis.

Há, no conjunto das propostas que hoje tratamos, um acervo de matérias suficientemente importantes para que sejam discutidas na especialidade. E é por isto que lamento que o trabalho, até agora, tenha sido tão insuficiente e se tenha desperdiçado a oportunidade proposta pelo Presidente da Assembleia da República, quando sugeriu, com a aceitação dos grupos parlamentares, a formação da comissão que foi, então, presidida pelo Sr Deputado Mota Amaral. Não tendo sido feito esse trabalho, recomeçaremos, agora, em comissão, se os projectos forem aprovados como esperamos que venham a ser, esse esforço de concertação.

Devo dizer, no entanto, que esta Assembleia — e, por isso, esta discussão — é mais indicativa e até mais importante e responsabilizadora do que o debate geral sobre os copyrights —, até agora, tem tido muito pouca produtividade parlamentar e legislativa. Creio que é a isto que o esforço de convergência, em matéria regimental, se deve dirigir.

Alguns diplomas tratam da questão dos deveres dos Deputados, e é importante que o façam, mas o certo é que o dever mais importante, que é o de prestar contas, é o dever político, que nem sequer pode ser, ou, pelo menos, por inteiro não pode ser, tratado em sede de Regimento. Prestar contas aos seus eleitores e prestarmos contas, como Parlamento, pela nossa actividade é o primeiro dever político que temos. E é a isto que se podem e devem submeter, na nossa opinião, todos os esforços para alteração regimental de lei orgânica e de outras matérias conexas.

A esse respeito, creio que se sente — e, porventura, outros grupos parlamentares terão passado pela mesma experiência que nós — que o Parlamento vive tão distante da vida concreta dos portugueses que sobre ele recaem algumas das faltas fundamentais de capacidade de instrução e de intermediação na sociedade portuguesa.

Desde o momento em que o Bloco de Esquerda criou a Linha Verde para, através de telefonemas gratuitos, responder à solicitação de qualquer cidadão.

O Sr José Magalhães (PS) — Boa ideia!

O Orador — . que deparámo-nos com a situação — e, no final da Sessão Legislativa, teremos todo o gosto em disponibilizar a todos os grupos parlamentares a estatística desta experiência — de, todos os meses, algumas centenas de telefonemas servirem não só para responderem às iniciativas políticas do Bloco de Esquerda como também para protestar, criticar, comentar, sugerir ou pedir informações, mas, essencialmente, para pedir leis, informação, intermediação directa junto de instâncias dos serviços públicos, serviços, o trâmite de alguns procedimentos que têm a ver com entidades colectivas, com interesses colectivos e grupais ou, muitas vezes, com interesses individuais.

E esta falta de intermediação, que é um dos aspectos centrais da intervenção das várias instâncias políticas e também da instância parlamentar, é, em nossa opinião, um dos aspectos mais significativos desta distância, que vivemos, entre o Parlamento e a população. Por via da prestação de contas, por via da intervenção directa, por via

da iniciativa legislativa popular, por via das petições, por via da agilização dos serviços públicos e pela intervenção directa ou indirecta dos Deputados e dos grupos parlamentares, esta é uma das grandes responsabilidades que pode resultar, ou não, do debate que teremos sobre o Regimento, sobre a lei orgânica e sobre as matérias que agora estão submetidas ao nosso apreço.

É por tudo isto que o Bloco de Esquerda favorecerá a aprovação de todos estes diplomas, na esperança de que o trabalho de convergência, sério, responsável e criterioso, que até agora ainda não pôde ser feito nas circunstâncias em que trabalhámos até hoje, possa começar a partir desta sessão de hoje.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre). — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Srs Deputados Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que, não tendo Os Verdes optado por apresentar, no âmbito do trabalho da revisão do Regimento, uma iniciativa legislativa própria, nem por isso deixam de considerar importante todas as iniciativas apresentadas pelos outros grupos parlamentares que entenderam, através de propostas materiais, contribuir para a mudança do Regimento da Assembleia da República.

Para nós, a mudança do Regimento da Assembleia da República deve ter como propósito fazer com que esta Casa seja capaz de melhor cumprir a função que tem dar voz aos cidadãos que elegem este Parlamento e aos que não o elegendo, que, lamentavelmente, são cada vez mais, têm o direito de encontrar na Assembleia da República o espaço onde se faça eco das suas preocupações.

Portanto, para nós, a alteração do Regimento significariadíssimas coisas, muitas das quais estiveram em discussão quando, simbolicamente, a Assembleia da República abriu os seus trabalhos e os diferentes grupos parlamentares tiveram a oportunidade de exprimir opiniões sobre muitos dos males de funcionamento da nossa democracia e, naturalmente, também deste Parlamento. Do nosso ponto de vista, uma das questões, entre muitas seguramente, que estava implícita, e que é um vício desprestigiante para a Assembleia e para a desconfiança dos cidadãos no Parlamento e nas instituições em geral, foi a do fecho dessas instituições, a sua incapacidade de, em tempo útil, responderem aos anseios legítimos dos cidadãos e, ainda, a incapacidade de o Governo fazer cumprir a própria legislação, muitas vezes por si aprovada.

Temos oportunidade de, entre a sessão de abertura simbólica dos trabalhos desta Legislatura e este momento, apresentar um projecto de resolução, que foi, aliás, totalmente rejeitado pelo Partido Socialista. O que propúnhamos, tão-só, era que se fizesse um levantamento e um debate sério do conjunto de legislação que está por regulamentar, ou seja, de legislação de eficácia nula. Parece-nos que este levantamento seria útil para que se pudesse fazer uma reflexão sobre a utilidade, ou não, de muito do trabalho que esta Assembleia faz e de muita da legislação que é publicada e que, no fundo, não serve os interesses do que está na razão de ser da sua origem.

Há, no nosso ponto de vista, uma outra questão que nos parece extremamente importante e que talvez não tenha sido suficientemente enfatizada em alguns dos projectos que estão em discussão, que é o tipo de assessorias que, numa sociedade cada vez mais complexa, um Parlamento, inevitavelmente, tem de ter. Parece-nos que a este

nível, há um trabalho grande a fazer e a qualidade da democracia terá, seguramente, de passar pela capacidade e pelo investimento que essa democracia queira fazer, ou não, de forma a que a Assembleia tenha uma assessoria técnica capaz de responder às necessidades que quotidianamente aqui se colocam e que é hoje manifestamente escassa naquilo que deveria corresponder a um trabalho técnico, que é complexo e, a nosso ver, estamos longe de o ter alcançado.

Há, ainda, uma questão de fundo que, penso, está implícita na cultura antiparlamentar e que subjaz, de uma forma mais ou menos latente, na relação dos diferentes órgãos de soberania. Em nosso entender há uma cultura antiparlamentar e tem, lamentavelmente, múltiplos adeptos, porventura, o excesso de tempo de maiorias absolutas não terá ajudado a modificar esta atitude, mas, manifestamente e nesse sentido, encontramos propostas positivas.

Interpelações ao Governo que são iniciadas por um partido da oposição, assim se supõe, e que são concluídas e encerradas por um partido do poder, perguntas ao Governo que, neste momento, são feitas por menu, por escolha, e que permitem, até, que as incómodas sejam, sistematicamente, não respondidas, ausência de resposta a requerimentos ou respostas, de tal modo tardias e ambíguas, que são ofensivas para quem pergunta, dificuldades em discutir, nomeadamente em sede de comissões especializadas, algumas matérias, parecem-nos práticas que não traduzem uma boa qualidade da democracia e que é importante modificar.

Para Os Verdes são positivas as propostas que visem valorizar o Parlamento, torná-lo mais próximo dos cidadãos e, não sendo o Parlamento um fim em si mesmo mas um meio de modificar a sociedade, dar voz aos diferentes sectores da sociedade de forma a transformar essa sociedade. Parece-nos que este Parlamento tem de se modernizar, no sentido de ser capaz de dar respostas técnicas para que as suas leis sejam melhores, de dar respostas políticas, ou seja, dar espaço às diferentes oposições, fazendo-o em tempo útil. Credibilizar-se é, portanto, modificar um conjunto de práticas, o que é reflectido em algumas das propostas apresentadas, parecendo-nos que a soma de todas elas poderá, porventura, vir a modificar a situação actual.

Em todo o caso, gostaria de chamar a atenção para um aspecto que não é resolúvel através de respostas administrativas, por simples mudanças da lei. Refiro-me ao entendimento e à cultura política que cada partido demonstra ter ou não na forma como exerce os cargos que ocupa transitoriamente. A forma como cada um exerce o respectivo cargo, a forma como cada um presta contas, a visão que tem ou não da realidade que está para além deste espaço e o interesse que tem ou não em conhecer essa realidade quotidianamente é, quanto a nós, um dos aspectos mais importantes deste Parlamento e da função de um Deputado.

Ora, essa função está, seguramente, para além das mudanças, que, porventura, será útil operar. A mudança necessária é de índole cultural, é uma mudança na forma de fazer política, que implica pensar que a política é bem mais do que um espectáculo e que, por isso mesmo, é feita do contacto com as pessoas, da audição dos seus problemas e preocupações. Esta é uma mudança de atitude que não se resolve pela alteração deste Regimento, não é por aqui, mas é, para nós, seguramente, uma mudança que também tem forçosamente de se fazer.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados Talvez se possa dizer que os projectos que, hoje, estamos a debater vêm antes do tempo Isto porque antes de uma profunda modificação da lei dos partidos políticos, antes da reforma do sistema eleitoral que está em curso, antes de sabermos a forma como se vai revestir a União Europeia e as suas instituições e tendo em conta a preocupação com os direitos de cidadania que impõe novos normativos directamente relacionados com a actividade da Assembleia da República, poderia sustentar-se que a reforma do Parlamento que hoje vamos iniciar pode ser um passo prematuro

Os problemas do recrutamento de Deputados, para os libertar das pressões dos aparelhos dos partidos, a consagração ou não de círculos uninominais, a própria composição da Câmara, com o seu número de Deputados ainda em discussão, a revisão profunda dos modos de ligação do Parlamento aos cidadãos e o direito de estes utilizarem directamente a Câmara para as suas legítimas aspirações e reivindicações, o peso cada vez mais crescente da comunicação social, através da qual a opinião pública a seu modo controla a actividade governamental, substituindo a tradicional mediação dos Deputados, a constante intervenção das instituições que vão ganhando novos papéis, como a família, as igrejas, as forças armadas, as universidades, os sindicatos e as associações patronais, forças vivas tradicionais, a que se juntam, agora, os fortes grupos de pressão e de interesses, as organizações não governamentais nacionais e de âmbito internacional, os efeitos da própria globalização a que nenhum aspecto da vida nacional fica imune, recomendariam, quiçá, que a chamada «reforma do Parlamento» aguardasse achegas e contribuições que nos chegam de várias proveniências para definir o novo figurino que pretendemos para a Assembleia da República, seja nas suas competências legislativas e fiscalizadoras, que são o núcleo essencial da sua competência, seja quanto ao Estatuto dos Deputados que tem de responder à sua desactualização, com a degradação da imagem dos legítimos representantes do povo, e à própria reorganização dos serviços que as novas técnicas exigem para que o Parlamento seja um órgão eficaz, útil e prestigiado não apenas como eixo das democracias modernas mas, sobretudo, como prestador de serviços políticos, passe a expressão, que é a seiva do Estado de direito

Simplesmente, para utilizar a expressão corriqueira «o óptimo é inimigo do bom», não se pode adiar sempre para amanhã aquilo que é urgente fazer hoje. Ir andando, porque é a única maneira de aprender a andar, ultrapassar os defeitos, emendar os erros e preparar a representação nacional para os problemas do dia-a-dia

A presente revisão do Regimento, do Estatuto dos Deputados, da Lei Orgânica da Assembleia da República e da legislação periférica torna-se, por isso, uma tarefa a que não podemos eximir-nos

Desde sempre se considerou o Parlamento «an oratorical arena», como dizem os ingleses, ao contrário do que escreve o Deputado José Magalhães, que não quer o «edu-lo das palavras»

O Sr. José Magalhães (PS) — Até não gosto, como sabe!

O Orador — Comummente, sendo o poder e a oposição as duas faces da moeda, atribui-se ao Parlamento um papel responsável em relação às políticas anunciadas ou apresentadas pelo governo. O governo programa, concretiza através de legislação e executa apoado na Administração, as medidas, o que se chama «exercício do poder»

A oposição, no Parlamento, recebe, examina, critica, emenda, valoriza e está atenta se as medidas aprovadas têm aceitação generalizada dos seus destinatários. Isto não quer dizer que o governo, hoje, seja o único fornecedor de matéria-prima ao Parlamento e que a oposição esteja dependente desta aquisição, porque há muito trabalho originário das oposições, inspirado na opinião pública, nos grupos de pressão e de interesses, nos *media*, nas associações, instituições e outras organizações que formam o tecido do Estado

O Parlamento é, deste modo, o *ágora* ou *forum* onde converge uma ampla gama de ideias, propostas e reivindicações provenientes do mundo exterior — o público — a juntar-se às propostas do Executivo. Dificilmente, nestas circunstâncias e pela sua própria composição, o Parlamento pode ter uma política propriamente sua e só sua, porque a divisão maioria/minoria(s), que é a essência do Hemiciclo, não é susceptível de entendimentos permanentes, exceptuando os casos raríssimos das chamadas «grandes questões de Estado», em que se procura um consenso generalizado para tarefas de longo termo entre nós chamados «pactos de regime»

O que distingue o Parlamento dos outros órgãos do Estado é o facto, já mencionado, de ele constituir, por excelência, o *forum* de debate. O papel principal do Parlamento, desde que existe, não é tanto legislar, como agora sucede, nem governar, ou seja, parlamentizar o governo, mas assegurar uma discussão ampla e garantir a ventilação das ideias como depositários e representantes das liberdades do povo

O debate efectivo, em sentido lato, exige duas condições: escolha da adequada oportunidade para iniciar o debate e este ser conduzido através de regras e técnicas próprias — as regras processuais ou regimentais — para diferentes matérias segundo a natureza destas. É fundamental garantir a informação necessária sobre todos os aspectos para que o debate seja amplo, profícuo e controlado

O confronto é entre o governo «do dia» e, no sistema bipartidário, aqueles que foram governo e querem voltar ao poder, cabendo aos ministros defender tudo quanto fazem ou anunciam e à oposição contradizê-los, apresentando alternativas. No nosso sistema pluripartidário o confronto ganha contornos ideológicos, cabendo a cada grupo parlamentar confrontar o governo com as suas propostas de resolução de problemas candentes, contendo as alternativas de cada grupo parlamentar

O que é condenável no parlamentarismo é haver oposição só para obstrução e, também, fazer-se apenas oposição pela oposição. O governo ataca a oposição de forma articulada para a defesa da sua posição e os líderes das oposições procuram rechaçar o argumentário do governo, demonstrando a bondade das suas alternativas. Este é o modelo tradicional do Parlamento

Hoje, qualquer debate pressupõe um manancial de informação que só o governo pode fornecer ao Parlamento através das respostas às perguntas ao governo, às perguntas ao primeiro-ministro, de respostas desenvolvidas e prontas aos requerimentos dos Deputados, de declarações dos governantes fora do Parlamento, de esclarecimentos prestados pelos membros do Executivo nas comissões especiais

alizadas e, naturalmente, nos debates de porte maior, como interpelações, debates de assuntos relevantes de interesse nacional, petições, inquéritos e relatórios de diversas entidades, sem subestimar a comunicação social. É intuitivo que o Parlamento não pode ficar à mercê das informações disponibilizadas apenas por estes meios. Cada Deputado é obrigado a buscar, por sua própria conta e risco, mais e mais informação, para exercer o seu papel com a competência que nele se presume.

Nem é de esperar que os governos forneçam toda a informação e, aqui, temos o problema de saber se a informação sonegada ao Parlamento pode ser utilizada por qualquer ministro para a sua acção governativa depois de findos os debates parlamentares. Escreve Jenkins, autor da chamada «bíblia do Parlamento inglês» e muito citado na literatura político-parlamentar, que «o preço da democracia é o escrutínio permanente» e a informação sonegada é «a violação do dever de lealdade e colaboração institucional com o Parlamento que deve gerar sérias consequências» chegando mesmo à demissão de um ministro.

Há um contínuo vaivém entre o eleitorado, o Parlamento e o governo. O governo procura moldar a opinião pública à sua estratégia política, a oposição procura mantê-la atenta e crítica às fragilidades e desaires da actuação do governo e, para fechar o círculo, a sociedade em geral julga os dois agentes parlamentares periodicamente mediante o voto, confirmando os que estão no poder, ou substituindo o governo pela oposição.

Regressando às formas e aos métodos — matéria dos Regimentos —, é costume destrinçar as competências parlamentares das competências políticas não legislativas de deliberação, destrinçar as competências legislativas das competências de fiscalização e das competências financeiras para deixar em segundo plano as funções electiva e de designação para diversos órgãos nos termos constitucionais e aprovar a lei de referendo popular.

Todos os projectos de lei que hoje são submetidos ao nosso exame dizem respeito à função de fiscalização, pois versam sobre perguntas aos ministros ou ao primeiro-ministro, audições parlamentares, debates de actualidade e de urgência, interpelações, inquéritos, debates de relevante interesse nacional. Trata-se, pois, de aspectos que apenas se inserem na função de controle e de fiscalização do governo por parte do Parlamento.

Ninguém apresentou propostas sobre moções de confiança e parece haver o consenso de que o processo legislativo comum e os processos especiais não reclamam modificações substanciais.

O instituto dos requerimentos está relativamente diminuído no seu alcance e impacto público e são raros os casos em que assim não acontece. Quanto aos inquéritos, ou não chegam a conclusões ou, quando chegam, são acusados de ilibar o governo e a Administração das responsabilidades. Durante o tempo das maioria absolutas de Cavaco Silva todas as propostas de audição foram rejeitadas ou não chegaram a ser debatidas.

Quanto às petições, há uma grande desproporção entre as expectativas dos cidadãos e dos grupos de interesse e a lentidão das respostas ou mesmo a falta delas.

Em suma, há uma manifesta carência de meios para que o Parlamento possa exercer uma fiscalização parlamentar minimamente eficaz.

É com este pano de fundo, muito pouco melhorado nos últimos anos, que se procura agora reformular alguns institutos. Diremos o que entendemos à medida que forem sendo apresentadas propostas, como, aliás, já fizemos, mas,

dada a vastidão das mesmas, as divergências que entre elas se verificam, ficará para o trabalho da especialidade esclarpelizar todas elas para, em conjunto, proceder à revisão do Parlamento. Aqui, ocuparão lugar central as ideias recolhidas no «Relatório Mota Amaral» e o texto que o Presidente da Assembleia da República tinha preparado.

Diga-se, aliás, em abono da verdade, que todos os projectos, com exceção do do PCP, são tributários das ideias trocadas no grupo de reflexão.

A Assembleia da República tem de dinamizar o debate político, receber maior informação do governo, dispor de mais meios técnicos e tornar possível o aumento do tempo de debate, reformular com realismo o instituto de perguntas ao governo e ao primeiro-ministro. Reformar o instituto da interpelação, dando mais tempo ao confronto governo/oposição e diminuindo a fase de debate interpartidário, introduzir o instituto de debate de temas da actualidade sem reduzir os debates de urgência ao serviço dos dois maiores partidos ou declarações políticas, racionalizar a sessão de perguntas e respostas ao primeiro-ministro, de modo a evitar, como diz o Deputado José Magalhães, transformar a sessão num programa mediático de entrevistadores/Deputados com o entrevistado primeiro-ministro, garantir o *input* de todo o material probatório para as comissões de inquérito sem entraves injustificáveis, garantir que todas as opiniões constem do relatório final, havendo lugar à declaração de votos de vencido devidamente fundamentados. Tudo isto são ideias expostas no âmbito do grupo de reflexão.

Por outro lado, parece particularmente feliz a organização de debates sobre grandes orientações de políticas estruturais, o acompanhamento das questões de construção europeia, dos relatórios de investigação e informação, o reforço do direito de petição e disciplinar a iniciativa popular, a regulamentação do segredo de Estado.

Quanto à reformulação do Estatuto dos Deputados, merece o nosso aplauso na generalidade, embora tenha de ser revisto o sistema de notificações, para que o Presidente da Assembleia da República não substitua o oficial de diligências ou o agente da PSP, e o instituto de imunidades e incompatibilidades que o PS nos propõe. Tudo isto acompanhado de revisão da Lei Orgânica da Assembleia da República, para se adaptar às novas exigências de tecnologias actuais.

É um trabalho importante, exigente e urgente que nos espera nos princípios de Setembro. Esperamos que, depois de férias, possamos lançar mão à obra, para que os novos textos estejam prontos antes do início da II Sessão Legislativa.

É obra, mas estamos preparados para isso.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Sr. Deputado António Capucho já aqui apresentou as linhas gerais da posição do PSD quanto às propostas de reforma do Parlamento que apresentámos.

Penso que devemos aproveitar esta oportunidade para, em sede de especialidade, clarificar algumas matérias que têm que ver com o Estatuto dos Deputados, designadamente em matéria de incompatibilidades, corrigindo situações que foram aprovadas em circunstâncias que são conhecidas e que não foram as mais felizes, como, por exemplo, questões que têm implicações de constitucionalidade.

Portanto, estamos disponíveis para, em sede de especificidade, encontrar essas correcções, pois não seria coerente que estivéssemos a trabalhar na reforma do Parlamento com estas envolventes e deixássemos passar esta oportunidade. Penso que vamos encontrar o consenso necessário para isso

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Srs Deputados, gostaria ainda de colocar uma outra questão que se insere no âmbito da alteração do Regimento e que tem que ver com as Assembleias Legislativas Regionais

Ainda há pouco tempo, deparámo-nos, mais uma vez, com dificuldades no agendamento de propostas de lei da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e corre-se o risco de, por oposição do Partido Socialista, num agendamento mais amplo das propostas de lei pendentes (são cinco ou seis propostas da Assembleia Legislativa Regional), agora com o termo da Legislatura nas Regiões Autónomas, essas propostas de lei caducarem. Isto, Srs Deputados, não é bom para a democracia, não é bom para a autonomia regional, não é bom para o relacionamento institucional entre as duas Assembleias

Direi mais apresentando as Assembleias Legislativas Regionais propostas de lei à Assembleia da República, por respeito à repartição de competências que a Constituição consagra, não agendando essas propostas, a Assembleia da República abre espaço para que as Assembleias Legislativas Regionais, legitimamente, reivindiquem mais competências e possam dizer, designadamente, que, se as competências são nossas e não as exercemos, coartando as pretensões das Assembleias Legislativas Regionais, então, em sede de revisão constitucional, que se reforcem as competências das Assembleias Legislativas Regionais

Ora, a Assembleia da República não pode ter dois pesos e duas medidas e, nessa sede de revisão constitucional, tomar uma atitude restritiva a esse respeito, pois, por um lado, não agenda as propostas de lei das Assembleias Legislativas Regionais e, por outro, não alarga, em sede de revisão constitucional, as competências próprias das Assembleias Legislativas Regionais

Para que haja, pelo menos, um mitigar deste tipo de situação e tendo ouvido com entusiasmo o apoio que o Sr Presidente da Assembleia manifestou em sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, apresento uma proposta, que vou entregar na Mesa, no sentido de se conferir, em sede regimental, a cada Assembleia Legislativa Regional o direito potestativo de, pelo menos, agendarem em cada sessão legislativa duas propostas de lei

É evidente, e claro fica, que isto é um direito a acrescer ao agendamento normal, por consenso da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, em relação às demais iniciativas Assegurar-se-á, assim, o direito potestativo a cada Assembleia Legislativa Regional de poderem agendar duas propostas de lei em cada sessão legislativa

É, *sói-disant*, o mesmo que há pouco se dizia em relação ao direito dos debates de urgência em que nós — e já clarificámos isso — mantemos a possibilidade de qualquer grupo parlamentar poder agendar, por consenso dos demais, pedidos de debate de urgência, mas assegurar-se-á, também, o direito potestativo de agendamento de debate de urgência. O mesmo se fará em relação a esta questão das Assembleias Legislativas Regionais e estou certo de que ha-

verá sobre esta matéria um consenso generalizado, pois nenhum grupo parlamentar obstará a que se confira, nesta sede, este direito às Assembleias Legislativas Regionais.

Srs Deputados, assim, atenuar-se-á esta situação, que é grave, de, repito, no final da Legislatura das Assembleias Legislativas Regionais, vermos caducar, mais uma vez — e não é a primeira vez que isso acontece —, propostas de lei vindas da Madeira e dos Açores.

Espero que todos os grupos parlamentares dêem o seu apoio e votem favoravelmente esta proposta.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Lacão

O Sr Jorge Lacão (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Penso que, no momento em que este debate se encontra, é legítimo estabelecer acerca dele algumas apreciações

Penso que a apreciação mais positiva é a de que as intervenções produzidas nos convencem, afinal, de que há uma grande margem para um trabalho tão consensual quanto possível em torno das matérias relativas à reforma do Parlamento

Devo dizer que, quando o debate começou, a minha perplexidade ia noutro sentido, porque, ao ouvir a intervenção do Sr Deputado António Filipe, receei que este debate tivesse mais a ver com uma lógica, já de nós muito conhecida, de mero confronto partidário e menos com uma preocupação manifesta de aplanar os caminhos para as reformas que precisamos de fazer

Na minha perplexidade, cheguei mesmo a interrogar-me como era possível que o PCP pudesse sentir-se em condições de fazer uma crítica à bancada do PS pelo facto de a bancada do PS ter avançado, depois de um trabalho feito por um grupo de trabalho nomeado pelo Sr Presidente da Assembleia, com iniciativas nos termos em que elas tão visivelmente ficaram conhecidas, quando foi exactamente o PCP que, enquanto o próprio grupo de trabalho funcionava e antes de apresentar qualquer conclusão definitiva ou parcial, antes de elaborar o seu relatório, na sequência de umas jornadas parlamentares, avançou, à cabeça, com uma proposta de revisão de matérias regimentais.

Estava o PCP no seu direito? Evidentemente que sim!

O Sr José Magalhães (PS): — Claro!

O Orador — Portanto, a crítica não é à iniciativa do projecto do PCP. A perplexidade é pela circunstância de o PCP, em manifesta contradição consigo próprio, se permitir fazer críticas para, depois de um trabalho de um grupo que se consumou no relatório, poder querer inibir outros grupos parlamentares, particularmente o grupo parlamentar da maioria, por ter apresentado um conjunto vasto de iniciativas

O Sr. José Magalhães (PS) — Era o que faltava!

O Orador: — Srs. Deputados, o que pode ser dito da parte do PS é a circunstância de, sendo, neste momento, o PS um partido apoianto de um governo, nem por isso ter revelado qualquer indisponibilidade para equacionar todos os aspectos que dêem maior eficácia ao trabalho do Parlamento e, dentro do Parlamento, a todos os sujeitos parlamentares

Dito de outra maneira, é também com o concurso ativo do PS que se aprofundarão as condições para a plena participação dos Deputados e dos grupos parlamentares, da maioria ou das oposições, no sentido de alcançar a plena eficácia da função representativa.

Portanto, não houve aqui, designadamente na intervenção feita há pouco pelo Sr. Deputado José Magalhães, qualquer propósito de limitar a possibilidade de aprofundar todos os concursos que possam ser apresentados para que, na especialidade, se encontrem soluções adequadas

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, participação, sentido do equilíbrio, sentido da necessidade de respeitar regras de governabilidade, sentido de conciliar o exercício livre do mandato dos Deputados com a coesão no funcionamento dos grupos parlamentares são, naturalmente, preocupações que têm estado presentes na minha bancada e que, evidentemente, suponho que posso dizê-lo, continuarão a estar presentes na minha esta bancada

Mas, para além destas preocupações, temos que reflectir numa outra vivemos, felizmente, em democracia e, por isso, num regime aberto, onde o direito à crítica tanto pode fazer-se em nome de noções justas daquilo que é criticado como, muitas vezes, e também com frequência, a partir de incompreensões relativamente àquilo que se critica, a verdade é que, quer num caso, quer no outro, temos que estar atentos e tentar compreender a natureza das coisas. E nessa atenção que devemos ao estado da opinião pública, penso que temos todos que nos interrogar se há algumas razões pelas quais a imagem do Parlamento não é, porventura, aquela que todos nós gostaríamos que fosse.

Nesse sentido, o nosso contributo para a reforma não deve fazer-se em nome de outro valor que não seja reforçar a própria democracia, o prestígio das instituições e a credibilidade do nosso trabalho como parlamentares.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador — Nesse mesmo sentido, atentos ao estado dessa opinião pública, também temos que ser exigentes relativamente a nós próprios e avaliarmos criticamente a nossa prática de sistema

Por isso, há, nas iniciativas do Grupo Parlamentar do PS, respostas que procuram melhorar e tornar mais exigente as próprias condições de exercício do mandato dos Deputados. Porque, Srs. Deputados, penso que todos nós concordaremos em que o mandato dos Deputados que nos é atribuído não é um troféu do Deputado eleito. O mandato dos Deputados é, antes de mais, alguma coisa que pertence ao povo que nos elegeu e, nessa circunstância, temos certamente que rever algumas das condições de exercício do mandato dos Deputados que permita, ou que obrigue, ou que exija, que um Deputado eleito seja aquele que, em princípio, no final de um mandato, esteja em condições de responder, mas responder plenamente pelas condições políticas em que exerceu efectivamente o mandato que lhe foi conferido.

O que quer dizer que a permanência no próprio exercício do mandato ligado a uma outra perspectiva de reforma, já aqui referida, ainda que de passagem, a reforma do sistema eleitoral, no sentido de maior aproximação entre os eleitos e os eleitores, no sentido de uma maior personalização dos mandatos, no sentido de uma maior responsabilidade pelo exercício personalizado desses mandatos,

tudo isso implica que haja uma maior exigência na maneira como individualmente cada Deputado responde pelo mandato que lhe foi conferido e, ao mesmo tempo, saibamos ser capazes de conciliar essa perspectiva de exercício livre do mandato, como há pouco referi, com as condições de coesão que permitem o funcionamento adequado dos grupos parlamentares como sujeitos importantes da participação parlamentar.

Porém, Srs. Deputados, é preciso que consigamos reflectir todos estes aspectos, certamente também na lógica tribunícia, que é inerente ao combate político, mas, para além disso, respondendo cabalmente pelo conjunto de atribuições e competências inerentes ao órgão de soberania Assembleia da República, dando disso, permanentemente e de forma cada vez mais eficaz, público testemunho perante os cidadãos eletores.

Por isso, não percebi muito bem algumas daquelas observações, aparentemente displicentes, relativamente a algumas das iniciativas do Grupo Parlamentar do PS, designadamente aquelas que têm que ver com as condições de funcionamento da Assembleia da República e que têm que ver com os serviços e departamentos técnicos de apoio ao exercício da função parlamentar.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Isto porque é também por aí que assentará muita da credibilidade com que aquilo que aqui fazemos possa ser, em primeiro lugar, conhecido e, em segundo lugar, entendido por parte dos eleitores que, naturalmente, têm o direito de poder compreender cabalmente aquilo que é o sentido e o resultado do nosso trabalho parlamentar.

É por isso que foram muitas, foram diversificadas e procuraram ser aprofundadas as várias propostas, nos vários quadrantes, desde uma perspectiva sobre o Regimento até à revisão do Estatuto dos Deputados, à Lei Orgânica da Assembleia da República, à questão dos inquéritos parlamentares, à questão do regime de segredo de Estado no exercício da actividade parlamentar, procurando, globalmente, ter uma visão comprehensiva de todas estas questões.

Para concluir, permitem-me que diga que só tendo uma visão comprehensiva de todas estas questões é que fará sentido falar em sentido próprio de reforma do Parlamento e não apenas utilizar o slogan «reforma do Parlamento» para fazer dele um pretexto para mais um episódio de uma qualquer luta político-partidária entre grupos parlamentares.

É, portanto, num sentido inteiramente positivo e construtivo que, penso, poderemos todos, por testemunho que aqui foi dado, encarar os trabalhos de especificidade, na sequência deste debate na generalidade. E, Srs. Deputados, que o façamos com o firme propósito de contribuir para que o Parlamento tenha, no contexto da democracia portuguesa, o lugar de credibilidade, que é seu direito mas, sobretudo, seu dever procurar assumir em defesa dos valores da liberdade, da participação democrática, da justiça e da solidariedade entre todos os portugueses.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, concluo com um voto. O voto de que o que viermos a fazer em sede de especificidade corresponda ao melhor dos princípios aqui invocados no debate na generalidade.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — O Sr. Deputado António Filipe inscreveu-se para pedir esclarecimentos mas, como o Sr. Deputado Jorge Lacão apenas dispõe de 1 minuto para responder, Os Verdes cedem-lhe mais 3 minutos para o efeito.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Filipe

O Sr. António Filipe (PCP) — Sr. Presidente, em caso de necessidade, nós próprios cederíamos o tempo necessário para o Sr. Deputado Jorge Lacão responder

Sr. Presidente, apenas pedi a palavra porque, a determinada altura, o Sr. Deputado Jorge Lacão afirmou que o PCP não tinha autoridade para dizer o que disse acerca da forma como o Partido Socialista se posicionou face ao grupo de trabalho para a reforma do Parlamento, porque, afinal de contas, estando a funcionar um grupo de trabalho, teria apresentado as suas próprias propostas. Daí a perplexidade do Sr. Deputado face ao que agora afirmámos.

Devo dizer, Sr. Deputado, que a sua perplexidade não tem razão de ser, pura e simplesmente. E não tem razão de ser porque a primeira reunião em que o grupo de trabalho para a reforma do Parlamento se pronunciou sobre as posições dos respectivos partidos realizou-se no dia 3 de Fevereiro de 2000 e as jornadas parlamentares do PCP, a que o Sr. Deputado se referiu, tinham ocorrido nos dias 25 e 26 de Janeiro, isto é, no mês anterior!

O Sr. Honório Novo (PCP) — É uma questão de datas!

O Orador — O grupo de trabalho para a reforma do Parlamento estava, de facto, constituído e tinha realizado uma reunião no dia 18 de Janeiro, na qual se discutiu a metodologia a seguir. O Grupo Parlamentar do PCP fez as jornadas parlamentares nos dias 25 e 26 de Janeiro, nas quais discutiu estas matérias e anunciou as propostas que apresentou, propostas essas que foram expostas a todos os grupos parlamentares na reunião do grupo de trabalho de 3 de Fevereiro, como, aliás, atesta o respectivo relatório.

Portanto, o Sr. Deputado Jorge Lacão não tem razão absolutamente nenhuma nas imputações que acabou de fazer ao PCP.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, tenho consciência de que esta é a parte menos interessante do debate,

O Sr. António Filipe (PCP) — Justamente!

O Orador — porque é aquela que não contribuirá para resolver coisa alguma relativamente ao que temos para resolver

O Sr. António Filipe (PCP) — Então, escusava de a ter trazido!

O Orador — Não fui eu que a trouxe, foi o Sr. Deputado na sua primeira intervenção. E devo dizer que, depois de o ouvir, até penso que «pela boca morre o peixe»! Então, o Sr. Deputado vem-nos aqui dizer que, afi-

nal, eu não tinha razão porque, apesar de o grupo de trabalho já ter sido nomeado e constituído, apesar de o grupo de trabalho só vir a ter a sua reunião efectiva dois ou três dias depois, o PCP não achou mal — achou bem! — antecipar-se a qualquer dos resultados previsíveis do grupo de trabalho?!

O Sr. José Magalhães (PS) — Claro!

O Orador — Sr. Deputado, não lhe fiz nem lhe farei... Ouça bem, Sr. Deputado António Filipe, para que não haja qualquer equívoco!

O Sr. António Filipe (PCP) — Nós participámos, não fugimos!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Srs. Deputados, não estraguem agora o debate!

Queira concluir, Sr. Deputado

O Orador — Concluo já, Sr. Presidente.

Sr. Deputado António Filipe, não o critico nem o criticarei pela circunstância da vossa iniciativa legislativa, apenas sublinhei a minha perplexidade por os senhores entenderem apresentar iniciativas próprias quando já estava constituído o grupo de trabalho e, ao mesmo tempo, permitirem-se criticar o Grupo Parlamentar do PS por só ter tomado iniciativas depois de concluído e apresentado o relatório do próprio grupo de trabalho.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por muitas voltas que o Sr. Deputado António Filipe dê aos seus motivos, essas voltas só servirão para evidenciar a vossa completa contradição. Esta não é a questão essencial, mas revela algo curioso: o enorme ciúme da bancada do PCP pelo conjunto das iniciativas apresentadas pelo PS!

Risos do PCP

Vou explicar-lhes porquê! Porque os senhores queriam trazer para a história da reforma parlamentar a ideia de que eram as oposições a combater a mordaça governamentalizante da bancada do PS!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — A ver vamos

O Orador — E os senhores acabam por ter que concluir que quem foi mais longe, quem aprofundou mais e quem quer criar as máximas condições de alargamento do trabalho parlamentar, afinal de contas, não foi a bancada do PCP mas, sim, a do PS!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Srs. Deputados, está terminado o debate, na generalidade, dos projectos de lei n.º 96/VIII (PCP), 226/VIII (PS), 227/VIII (PS), 229 (PS), 241/VIII (PSD) e 242/VIII (PSD), dos projectos de resolução n.º 31/VIII (PCP), 65/VIII (PS) e 66/VIII (PS) e do projecto de deliberação n.º 9/VIII (PS).

A próxima reunião plenária realiza-se amanhã, às 15 horas, e, para além do período de antes da ordem do dia, terá como ordem do dia a discussão, na generalidade da proposta de lei n.º 25/VIII, a discussão, na generalida-

de, do projecto de lei n.º 212/VIII (PSD) e a discussão do projecto de resolução n.º 37/VIII (Os Verdes)

Está encerrada a sessão

Eram 17 horas e 25 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

José Carlos da Cruz Lavrador

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Alves Martinho

António Bento da Silva Galamba

António de Almeida Santos

António Jorge Freire de Brito Calvete

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos

Cláudio Ramos Monteiro

Fernando Pereira Serrasqueiro

João Cardona Gomes Cravinho

João Pedro da Silva Correia

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego

José Carlos Correia Mota de Andrade

José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Manuel de Medeiros Ferreira

Luiz Manuel Fagundes Duarte

Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Rui Manuel Leal Marqueiro

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva

Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira

Eugenio Fernando Sá Cerqueira Marinho

Henrique José Monteiro Chaves

João Bosco Soares Mota Amaral

José de Almeida Cesário

José Luis Campos Vieira de Castro

José Manuel Durão Barroso

Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Maria Manuela Dias Ferreira Leite

Mário Patinha Antão

Pedro Augusto Cunha Pinto

Pedro Manuel Cruz Roseta

Rui Fernando da Silva Rio

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

João António Gonçalves do Amaral

Lino António Marques de Carvalho

Maria Natália Gomes Filipe

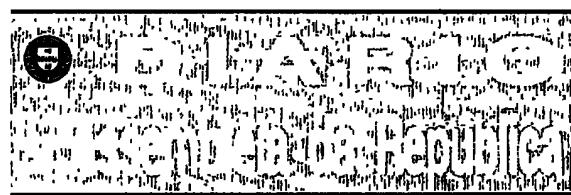
Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Paulo Sacadura Cabral Portas

Bloco de Esquerda (BE).

Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 240\$00 (IVA INCLUIDO 5%)